

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**O PAPEL DA MULHER NA MANUTENÇÃO DE UMA RELAÇÃO
VIOLENTA: PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE**

Laura Pereira de Abreu

SÃO CARLOS - SP

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**O PAPEL DA MULHER NA MANUTENÇÃO DE UMA RELAÇÃO
VIOLENTA: PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE**

Laura Pereira de Abreu

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Janaina Namba

SÃO CARLOS - SP

2025

Dedico este trabalho e todas as minhas conquistas aos meus pais, que, com muito esforço e amor, me guiaram pelos caminhos mais desafiadores, oferecendo sempre um colo seguro e um lar para onde eu pudesse voltar.

“As paixões movidas por instintos (pulsões) são mais fortes que os interesses ditados pela razão”

(Freud, O mal-estar na civilização).

RESUMO

A violência contra a mulher é amplamente reconhecida como um problema social e de saúde pública, que impacta de forma significativa a sociedade e a qualidade de vida das vítimas. Essa questão tem sido objeto de numerosas investigações, dado o crescimento alarmante dos casos diários e a complexidade dos fatores envolvidos. Trata-se de um fenômeno multifacetado, que abrange desde aspectos psicológicos e culturais até dinâmicas relacionais. Nesse sentido, o presente trabalho investiga quais as contribuições da mulher para a manutenção do ciclo de uma relação violenta, que a coloca em uma posição de coparticipação frente à relação íntima em que permanece em uma situação de violência que muitas vezes escapa ao campo da consciência. Dentre os aspectos mais significativos, observamos através da teoria psicanalítica freudiana conceitos sobre a mulher e a feminilidade para além dos sintomas e das manifestações conscientes. Desse modo foi o objetivo da presente pesquisa de monografia compreender os processos inconscientes que fazem com que a mulher permaneça (ativamente) nesse tipo de relação, apesar do sofrimento, das reverberações negativas e da violência causada em suas vidas. Como desdobramento observou-se também de que maneira a subjetividade feminina é impactada pela construção histórica do patriarcado.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher, Feminino, Psicanálise

ABSTRACT

Violence against women is widely recognized as a social and public health issue that significantly impacts society and the quality of life of its victims. This issue has been the subject of numerous investigations due to the alarming increase in daily cases and the complexity of the factors involved. It is a multifaceted phenomenon that encompasses psychological and cultural aspects as well as relational dynamics. In this context, the present study investigates the contributions of women to the maintenance of the cycle of a violent relationship, placing them in a position of co-participation in an intimate relationship where they remain in a situation of violence that often escapes the field of consciousness. Among the most significant aspects, we observe, through Freudian psychoanalytic theory, concepts of womanhood and femininity beyond symptoms and conscious manifestations. Thus, the objective of this monographic research was to understand the unconscious processes that lead women to (actively) remain in such relationships despite the suffering, negative repercussions, and violence inflicted upon their lives. As a further development, we also examined how female subjectivity is impacted by the historical construction of patriarchy.

Keywords: Violence Against Women, Feminine, Psychoanalysis

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: IMPLICAÇÕES NA SUBJETIVIDADE FEMININA.....	16
3. O CONCEITO DE FEMINILIDADE PARA A PSICANÁLISE FREUDIANA.....	25
4. A ESCOLHA DO OBJETO AMOROSO E O LAÇO CONJUGAL.....	31
5. O MASOQUISMO.....	34
6. DISCUSSÃO.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um tema presente na sociedade desde os primórdios e atualmente apresenta grande notoriedade e investigação devido à complexidade dos aspectos nela envolvidos e a quantidade de mulheres acometidas todos os dias. É definida principalmente por uma conduta ou ação que cause à vítima dano físico, sexual, psicológico ou em casos extremos, mas não incomuns, a morte. Na maioria das vezes, o ambiente doméstico é o palco da violência que tem como principal violentador o parceiro íntimo da vítima. O enredo central é a dominação do homem e a submissão da mulher, ferindo claramente seus direitos humanos (Teles e Melo, 2017).

Analisando o cenário atual em relação a violência contra a mulher, *O Instituto de Pesquisa DataSenado* juntamente com o *Observatório da Mulher contra a Violência*, lançou a décima edição da *Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher*. A pesquisa monitora a percepção das mulheres brasileiras sobre a violência doméstica e familiar desde 2005. Em sua primeira edição, o levantamento forneceu subsídios para a criação da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006. A edição mais recente, publicada no ano de 2023, mostrou que 30% das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. A estimativa é de que mais de 25,4 milhões de brasileiras já tenham sofrido violência doméstica provocada por um homem em algum momento da vida.

Em relação ao panorama global, o relatório “*Global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women*” organizado em 2021 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por diversas entidades que compõe juntamente um grupo de trabalho das Nações Unidas sobre essa temática revela que, uma em cada três mulheres é vítima de violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro. Embora existam muitas outras formas de violência que podem afetar as mulheres, esse número já abrange uma parcela significativa da população feminina global. Mulheres que foram vítimas de violência por parceiros íntimos apresentam índices mais elevados de diversos problemas de saúde significativos e comportamentos de risco quando comparados com comportamentos de mulheres que não sofreram esse tipo de violência. Por exemplo, essas mulheres são mais suscetíveis à depressão, ao uso e abuso de

álcool e substâncias psicoativas. A violência contra as mulheres é um problema de saúde pública, ameaça a saúde e o bem-estar das mulheres e de seus filhos em todo o mundo, além de causar um impacto social e econômico profundamente negativo sobre indivíduos e nações (WHO, 2021).

Entendendo a multiplicidade de "violências" existentes entendemos que seja importante caracterizar e refletir sobre essa temática, visto que a violência pode ser encontrada em nós mesmos e nas nossas relações com outras pessoas. Muszkat e Muszkat (2016) caracterizam a violência a partir da teoria psicanalítica, afirmando ser uma expressão destrutiva da agressividade que está em todos nós e faz parte da condição humana, já que é extremamente necessária para a nossa sobrevivência. Para as autoras, a violência seria então derivada do desejo de poder e domínio sobre o outro, causando algum tipo de constrangimento.

Freud (1905/2016), em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, evidencia que o percurso histórico-cultural da humanidade demonstra uma relação íntima entre a crueldade e a pulsão sexual, enfatizando, sobretudo, o componente agressivo da libido. Freud introduz um dos pilares fundamentais para a construção da teoria psicanalítica, como conceitos referentes ao desenvolvimento sexual infantil e a identificação de como as pulsões sexuais, ligadas ao prazer, podem estar entrelaçadas com a agressividade. Nesse momento da teoria psicanalítica Freud propõe a hipótese de uma pulsão de "apoderamento" que teria como alvo a dominação do objeto sexual ou o ambiente para obter prazer e satisfação.

Freud (1905/2016) também estabelece uma correspondência entre a formação da sexualidade infantil e a crueldade, especialmente no que diz respeito à organização sádico-anal do desenvolvimento sexual infantil. Nesse período, as crianças podem obter prazer ou satisfação tanto na retenção como na expulsão de fezes, associando a sensação erógena a um desejo de controle ou dominação, ou seja, uma possível manifestação da pulsão de apoderamento. Observa-se que, nesse momento, o antagonismo que caracteriza a vida sexual já está presente, mas não sob a forma de masculino e feminino, e sim como ativo e passivo. De acordo com o autor, a atividade é gerada pela pulsão de apoderamento, por meio da musculatura do corpo.

Com independência ainda maior das outras atividades sexuais, ligadas a zonas erógenas, desenvolve-se na criança o componente cruel da pulsão sexual. A crueldade tem relação estreita com o caráter infantil, pois o empecilho que faz a pulsão de apoderamento se deter ante a dor do outro, a capacidade de compaixão, forma-se relativamente tarde. Como é sabido, ainda não se logrou fazer uma análise psicológica profunda dessa pulsão; podemos supor que o impulso cruel vem da pulsão de apoderamento e surge na vida sexual num período em que os genitais

ainda não assumiram o seu papel posterior. Assim, ele domina uma fase da vida sexual que depois descreveremos como organização pré-genital (Freud, 1905-2010, p. 101)

Observa-se que em uma fase anterior à organização sexual madura, a sexualidade e a agressividade podem se manifestar de forma combinada e de maneiras que não são exclusivamente relacionadas a comportamentos sexuais. Freud (1905/2016) destaca que crianças que demonstram crueldade acentuada com animais ou colegas frequentemente geram uma suspeita legítima de atividade sexual precoce e intensa, originada das zonas erógenas. Segundo o autor, quando todas as pulsões sexuais se desenvolvem precocemente, a atividade erógena parece assumir um papel central. A ausência de uma barreira de compaixão, que se desenvolve mais tarde, aumenta o risco de que essa conexão entre pulsões cruéis e erógenas, formada na infância, se torne indissolúvel ao longo da vida.

Nesse sentido, ao explicar sobre as perversões sexuais, tomando como exemplo o sadismo e masoquismo, aponta existir nesses casos um componente agressivo ligado a pulsão sexual que se manifesta nos traços da sexualidade adulta:

Sadismo e masoquismo ocupam uma posição especial entre as perversões, já que a oposição entre atividade e passividade, na qual se baseiam, é uma das características gerais da vida sexual. A história da cultura humana ensina, para além de qualquer dúvida, que crueldade e pulsão sexual estão intimamente relacionados, mas na explicação desse nexos não se fez mais que enfatizar o elemento agressivo da libido. Conforme alguns autores, essa agressividade mesclada à pulsão sexual é um vestígio de apetites canibalescos, ou seja, uma contribuição do aparelho de apoderamento que serve à satisfação da outra grande necessidade, ontogeneticamente mais antiga. Também se afirmou que toda dor, em si, já contém a possibilidade de uma sensação de prazer (Freud, 1905-2016, p.54).

Freud (1905/2016) também chama atenção para o fato da ligação entre libido e crueldade ocasionar a transformação do amor em ódio. O autor sugere que essa ligação pode explicar como sentimentos originalmente afetuosos, se transformam em ódio, levando a impulsos hostis. Destaca que tal correspondência é observada em quadros neuróticos e na paranoia.

De acordo com Freud (1905/2016), o impulso cruel pode ser compreendido como uma derivação da pulsão de apoderamento, surgindo em uma fase da sexualidade infantil na qual os genitais ainda não desempenham suas funções plenamente. Esse impulso tem como objetivo principal a busca pela satisfação pulsional, mesmo que isso signifique o controle ou dominação do outro. Nesse sentido, no contexto da pulsão sexual, a crueldade é marcada pela indiferença em relação ao outro e ao mundo, podendo manifestar-se por meio da agressão

como um meio para alcançar seus objetivos. Dessa forma, para Freud, a pulsão de apoderamento é identificada, supostamente, como a raiz da crueldade.

No texto *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, publicado em 1915, Sigmund Freud analisa o cenário atual da época em relação à Primeira Guerra Mundial, focando em seus impactos e na presença das mortes decorrentes dela. O autor traz à tona aspectos importantes como a transformação dos valores morais e a relação da humanidade com a morte. Freud (1915/2010) relembra aspectos cruciais a respeito da teoria psicanalítica como a proposta de que as pulsões primitivas passam por um longo e complexo processo de transformação até se tornarem ativas na vida adulta. Essas mudanças dão origem a formações reativas, que podem sugerir uma aparente transformação no conteúdo da pulsão, como exemplo, o egoísmo poderia ser convertido em altruísmo ou a crueldade em compaixão. Assim, a formação do caráter de uma pessoa pode ser entendida, segundo Freud, como o resultado final de múltiplas transformações e da superação dessas dinâmicas ao longo do tempo.

Freud (1915/2010) ressalta que o caráter não é algo absoluto, pois dificilmente alguém é alocado em categorias como completamente “bom” ou “mau”. Em vez disso, as características de uma pessoa tendem a variar conforme as circunstâncias. Em alguns casos, tendências egoístas e cruéis manifestadas na infância podem, na vida adulta, se transformar em comportamentos altruístas e sociais:

Interessante é descobrir que a preexistência infantil de fortes impulsos “maus” torna-se frequentemente a condição para um claríssimo pendor do adulto para o “bem”. As crianças mais fortemente egoístas podem vir a ser os mais prestativos e abnegados cidadãos; os entusiastas da compaixão, filantropos e protetores de animais resultaram, em sua maioria, de pequenos sádicos e torturadores de bichos (Freud, 1915-2010, p.164).

Esse processo é cumulativo, no sentido de que a história cultural da humanidade também influencia o indivíduo. Segundo Freud (1915/2010) as pessoas nascem com uma predisposição herdada para transformar pulsões egoístas em sociais, mas parte desse trabalho ainda precisa ser realizado ao longo da vida. A “aptidão para a cultura”, definida por Freud, é composta por elementos inatos e adquiridos. No entanto, ele alerta para o perigo de superestimar essa capacidade, levando-nos a acreditar que os seres humanos são “melhores” do que realmente são. Freud destaca que muitas ações consideradas boas podem estar fundamentadas em motivações ocultas, nem sempre alinhadas com valores culturalmente nobres. Observa que os julgamentos éticos frequentemente não conseguem diferenciar entre

atitudes que resultam de uma verdadeira transformação das pulsões e aquelas que simplesmente obedecem a preceitos culturais impostos externamente.

Freud (1915/2010) ainda ressalta que a coação externa exercida pela educação e pelo ambiente cultural desempenha um papel fundamental na transformação das pulsões de um indivíduo, incentivando-o a agir em conformidade com os valores sociais e culturais. No entanto, a educação e o ambiente cultural utilizam não apenas o afeto e a recompensa emocional, mas também mecanismos como prêmios materiais e punições. Freud ressalta que a sociedade, ao incentivar a prática de boas ações sem se preocupar com as bases pulsionais que sustentam essas atitudes, conseguiu garantir a conformidade cultural de muitos indivíduos que, em essência, não estavam alinhados com essas exigências. Dessa forma, a sociedade começou a intensificar as exigências morais, pressionando seus membros a se distanciarem ainda mais de suas inclinações pulsionais.

Observa-se que a sociedade dispõe de diferentes mecanismos para controlar os impulsos agressivos humanos e suas expressões, destacando-se a criação de leis que proíbem comportamentos agressivos entre os indivíduos, delegando ao Estado o direito exclusivo de usar a força contra os transgressores. Contudo, essas medidas não extinguem a manifestação dos impulsos agressivos, que podem se apresentar de forma mais sutil e de difícil controle.

Freud (1915/2010) indica uma incerteza sobre a razão pela qual os povos, enquanto coletivos, se menosprezam, se odeiam e se abominam mesmo em períodos de paz. Ao analisar a guerra, enfatiza: "É como se todas as conquistas morais do indivíduo se apagassem quando se junta um bom número ou mesmo milhões de pessoas, e restassem apenas as atitudes mais primitivas, mais antigas e cruas" (p. 170).

Freud (1930/2010), em *Mal-estar na civilização*, argumenta que, embora a civilização seja essencial para manter a ordem, ela exige que os indivíduos reprimam seus impulsos agressivos e sexuais. O autor sugere que o ser humano apresenta uma tendência intrínseca para a agressividade:

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo (Freud, 1930-2010, p.49).

Por essa razão, a existência dessa tendência agressiva, que pode ser percebida em nós mesmos e nos outros, é o fator que desestabiliza as relações entre os homens e impõe à sociedade grandes esforços para evitar sua desintegração. Nesse sentido, Freud argumenta que a sociedade precisa empregar todos os meios possíveis para determinar restrições aos instintos agressivos humanos, controlando suas manifestações por meio de formações psíquicas reativas. Assim, ela utiliza meios que buscam promover o estabelecimento de identificações e relações amorosas nas pessoas, restringindo a vida sexual e promovendo o ideal de amar o próximo como a si mesmo, ou seja, “...é um processo a serviço de Eros, que pretende juntar indivíduos isolados, famílias, depois etnias, povos e nações numa grande unidade, a da humanidade. Por que isso teria de ocorrer não sabemos” (Freud, 1930-2010, p.58).

Por outro lado, Freud destaca que, apesar de todos os seus esforços, a sociedade não alcançou grandes resultados e tenta prevenir os excessos mais evidentes de violência, atribuindo a si mesma o direito de punir os infratores, mas a lei não consegue abranger as formas mais sutis e disfarçadas da agressividade humana.

Freud (1930/2010), ao delinear o conceito de pulsão de morte, identifica o instinto agressivo como o maior representante dessa pulsão. Ambos coexistem com Eros, e essa dinâmica torna-se responsável pela luta que constitui a vida: “...essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana” (Freud, 1930-2010, p. 58).

Observa-se, com base no exposto, que a sociedade exerce um controle sobre o prazer e a satisfação do indivíduo, estabelecendo não apenas uma vigilância externa, mas também uma vigilância interna, desempenhada pelo supereu que internaliza essas normas sociais. Dessa forma, Freud evidencia que o sentimento de culpa surge a partir da realização ou de apenas reconhecer em si a intenção de cometer algo considerado “mal”. Por algo mal, o autor define: “inicialmente o mal é aquilo devido ao qual alguém é ameaçado com a perda do amor; por medo dessa perda é preciso evitá-lo” (Freud 1930-2010, p.60).

Em cartas trocadas entre Albert Einstein e Sigmund Freud (1932), intituladas de *Por que a guerra?* Freud define novamente a violência como algo inerente ao ser humano, utilizada para resolver conflitos e preservar a própria vida, o que acaba culminando na eliminação do outro. Como já foi mencionado, as leis que estruturam a sociedade determinam até que ponto o indivíduo deve abrir mão da sua liberdade pessoal de utilizar sua força de maneira violenta, com o objetivo de assegurar uma convivência segura. No entanto, Freud aponta uma crítica ao poder desigual gerado por esses fatores, afirmando que o direito da comunidade se torna uma expressão das relações de poder desiguais presentes em seu interior.

As leis, nesse contexto, são elaboradas por e para os dominantes, deixando poucos direitos para os dominados.

Freud (1932/2010) alerta para o fato de que as pessoas são frequentemente motivadas por uma combinação de pulsões que possibilitam a ação. Em conformidade com essa ideia, ressalta que ao incitar os homens à guerra, existem múltiplos motivos presentes em suas ações, sendo alguns nobres e outros nem tanto. Alguns motivos permanecem ocultos e, para Freud, o prazer na agressão e na destruição é um deles. A fusão das pulsões destrutivas com as eróticas e os ideais facilita sua expressão. Freud relembra que atos cruéis da história, podem suscitar a impressão de que os motivos ideais servem apenas como pretextos para a voracidade destrutiva, e, hipotetiza que a pulsão agressiva age no interior de todo ser vivo, o que o impulsiona a desintegração e busca do retorno à condição de matéria inanimada. A pulsão de morte se torna destrutiva ao ser direcionada para fora, para objetos externos. Segundo Freud: “A pulsão de morte se torna pulsão de destruição ao ser dirigida, com a ajuda de órgãos especiais, para fora, para os objetos. O ser vivo como que conserva sua própria vida ao destruir vida alheia” (Freud, 1932-2010, p.245-246).

Freud ainda argumenta que o homem apresenta impulsos agressivos que se manifestam de diversas formas e que a satisfação desses seria facilitada por motivos eróticos ou idealistas, como a guerra. Afirmar ainda que em uma relação violenta a passividade não se encontra de forma absoluta, mas existe nessas situações um desejo de ser dominado. Além disso, as mudanças psíquicas acompanham o processo cultural, fazendo o deslocamento progressivo dos objetivos pulsionais e restrição dos impulsos pulsionais.

A violência também é definida por alguns autores como um fenômeno individual e singular intrinsecamente ligado às representações feitas por cada indivíduo. Em outras palavras, o que é considerado violento para uma pessoa pode não ser considerado da mesma forma por outra, uma vez que existe uma fronteira tênue que separa a violência do que é categorizado como não violento (Safiotti, 2004 *apud* Xavier e Ferrante, 2019, p.67).

Diante de todas essas definições constata-se que a violência existente nas relações conjugais entre homens e mulheres, tema abordado neste estudo, é frequentemente associada a dinâmicas de poder entre eles, evidenciando um caráter de dominação. Observa-se uma visão corrente em que a mulher é vítima do homem agressor, o que a coloca com constância e quase que exclusivamente numa posição de passividade. O tipo de violência em questão vai além da mera expressão dos impulsos agressivos inatos dos seres humanos, como discutidos anteriormente, revelando uma complexidade particular quando a relação entre as posições masculina e feminina é analisada.

O fato das mulheres serem vistas como dependentes, sem autonomia, não significa que sejam passivas em suas relações com os outros ou que não exerçam parceria. As mulheres, mesmo ocupando uma posição de subalternidade dentro de uma relação conjugal violenta, acabam por participar ativamente pois são capazes de agir, negociar, exigir e, em algumas ocasiões, podem até mesmo reagir de forma agressiva (Gregori, 1993).

Por abarcar diversos panoramas que circundam a vida familiar, o papel social da mulher e até a idealização conjugal, o processo de ruptura de uma relação violenta envolve sentimentos ambíguos, permeando particularidades da vida conjugal relacionadas a dependências econômicas e emocionais (Stecanela e Ferreira, 2011). Segundo Souza e Da Ros (2006) algumas das justificativas reveladas pelas mulheres para a permanência em situações violentas são: o medo das consequências de deixar um relacionamento abusivo, como a perda dos filhos, a retaliação por parte do agressor, ou ainda a dependência financeira, pois em alguns casos a vítima não tem condições econômicas para deixar o relacionamento, seja por não ter um emprego ou ter sido isolada da família e amigos; a dependência emocional do parceiro levando a mulher a submissão, achando que é merecedora do tratamento violento, além da manipulação emocional exercida pelo agressor através de chantagens, ameaças e promessas de mudança. As consequências experimentadas por quem sofre esse tipo de violência constituem problemas de ordem física e psicológica que influenciam diretamente na autoestima e independência do indivíduo.

Ainda que todos esses fatores se encontrem sobrepostos, relacionando a permanência da mulher a uma situação de violência, é preciso explorar e aprofundar o quanto a posição de vítima subjugada, a relação entre agressor/vítima, dominador/dominado é frutífera para manter a violência entre ambos os sexos. Segundo Stecanela e Ferreira (2011), há um cenário em que a mulher muitas vezes é colocada em um lugar exclusivamente de vítima passiva incapaz de reagir e de ser um personagem ativo em sua própria história.

Cerrutti e Rosa (2008) discutem a relação entre o reconhecimento da mulher como vítima e as formas de assistência oferecidas a ela, refletindo sobre como isso pode impactar a busca por justiça e sua autonomia frente a relação íntima. Nesse sentido, as autoras afirmam que as leis judiciais definem de forma prévia quem são as vítimas e os culpados. Essa definição, já estabelecida desde o início, assume um caráter normativo, criando um sistema no qual a vítima é privada das ferramentas necessárias para refletir sobre sua própria responsabilidade no que aconteceu. Nesse contexto, a vítima recorre à justiça, buscando aquilo que considera ser seu direito.

Cerrutti e Rosa (2008) refletem sobre a reação à lei, que pode resultar na adesão de um discurso jurídico absoluto, ou seja, aquele no qual a vítima é definida unicamente pelo rótulo de "vítima". Esse discurso jurídico, ao oferecer uma resposta pronta e clara à dor emocional e existencial de quem sofreu violência, pode ser limitador. Ao se identificar como vítima de forma única e sem questionamentos, a pessoa afetada pela violência perde sua capacidade de agir e refletir sobre seu próprio desejo e autonomia. As autoras chamam atenção para a dor que é tratada, nesses casos, como algo fixo e determinado, em vez de ser entendida como parte de um processo que pode ser transformado. Em contrapartida a essa adesão, Cerrutti e Rosa (2008) colocam em evidência o papel da teoria psicanalítica para uma reflexão mais profunda sobre a experiência de mulheres que sofrem violência, não levando a soluções únicas e definitivas. Um dos aspectos centrais que as autoras utilizam é a ideia de que o ser humano está sempre marcado por uma ausência fundamental ou algo que está "faltando" em sua experiência. Essa falta é o que cria o desejo e motiva as pessoas a buscar sentido e satisfação na vida. Por meio desse reconhecimento, é possível que a mulher possa buscar compreender as origens da violência que sofreu ou, se isso não for possível, entender as consequências dessa violência. Esse processo, que vai além das respostas jurídicas, deve ajudá-la a perceber a violência de maneira mais ampla e complexa.

Nesse sentido, perceber e buscar entender o papel que a mulher tem na perpetuação da violência não significa justificar as agressões sofridas, mas verificar em que medida ela se insere como participante da relação e da manutenção do ciclo da violência, mesmo que de forma inconsciente. De acordo com Saffioti (2004, p.68), "embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para perpetuação desse regime".

É indiscutível a perplexidade que ficamos diante das relações constituídas como amorosas se transformarem em relações permeadas por vínculos violentos. No entanto, é necessário iluminar novos caminhos para que haja uma profunda investigação sobre quais as contribuições da mulher para a manutenção do ciclo de uma relação violenta, a partir da busca relacionada às motivações que fogem ao campo da consciência, bem como o entendimento do funcionamento do aparelho psíquico feminino no campo do saber psicanalítico.

2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: IMPLICAÇÕES NA SUBJETIVIDADE FEMININA

Examinar e entender como a violência contra a mulher se desenvolveu ao longo da dialética histórica implica compreender sua extensão e as diferentes formas que assume nos dias atuais. Ao longo de sua trajetória histórica, há evidências de que a mulher esteve em uma posição proeminente durante o período que existiam as sociedades primitivas matrilineares. A Revolução sexual do período Neolítico (10.000 a 4.000 a.C.), também conhecida como Revolução Neolítica, provocou mudanças significativas na posição da mulher nas sociedades humanas (Vicentino, 1997 *apud* Santiago e Coelho, 2007, p.4). Esse fenômeno, marcado pelo desenvolvimento da agricultura e pela domesticação de animais, trouxe profundas transformações na organização social e nos papéis de gênero. Nessas aldeias neolíticas, que surgiram por volta de 10.000 a.C., as mulheres desempenharam um papel fundamental na organização das comunidades e na construção do conceito de ninho coletivo. Elas se dedicavam especialmente ao cuidado e à nutrição dos filhos, garantindo a estabilidade e a continuidade do grupo social.(Vicentino, 1997 *apud* Santiago e Coelho, 2007, p.6). De acordo com Osório (2002), o matriarcado surgiu como uma consequência natural do estilo de vida nômade dessas sociedades neolíticas, uma vez que os homens, por desconhecerem as técnicas de cultivo da terra, partiam em busca de alimentos, enquanto as mulheres permaneciam nos acampamentos com os filhos, exercendo uma influência significativa sobre eles durante seu crescimento.

De acordo com Santiago e Coelho (2007), entre os Celtas, por volta do ano de 1.200 a.C., havia uma maior igualdade entre os sexos. Mulheres e homens atuavam lado a lado tanto em tempos de paz quanto em períodos de conflito, defendendo suas terras conjuntamente. Embora posteriormente essa civilização tenha adotado uma estrutura patriarcal, as mulheres conservaram um grau significativo de autonomia e influência dentro da sociedade. Em Creta, durante o período entre 2000 e 1400 a.C., as mulheres desfrutavam de direitos e responsabilidades que eram quase desconhecidos em outras regiões da Antiguidade. A influência das sociedades matriarcais pré-históricas era significativa nessa ilha, na esfera religiosa as mulheres eram reverenciadas como a deusa Grande-Mãe, participavam ativamente das grandes festas e cerimônias religiosas, muitas vezes exercendo o papel de sacerdotisas (Santiago e Coelho, 2007). Osório (2002) acrescenta que é possível que as mulheres tenham exercido um poder de dominação, nesse período, muitas vezes associado ao sagrado, o que levava os homens a temerem os infortúnios que poderiam ser desencadeados pelas deusas, resultando assim na obediência ao matriarcado.

Em seu livro *Das Mutterrecht* de 1861, Johann Jakob Bachofen desenvolveu a primeira teoria relevante sobre os princípios paternalistas, a partir de um romance familiar que

remonta às origens da humanidade. Na sua busca pelas origens da sociedade humana, o estudioso suíço direcionou seu interesse para o período arcaico da civilização grega (aproximadamente entre 1000 e 700 a.C.). Este período, dentro do contexto da cronologia bíblica, parecia próximo aos primórdios da humanidade. Embora a base de dados de Bachofen fosse constituída por um número limitado de artefatos, textos desse período e seu método ser considerado por seus contemporâneos como ultrapassado e não científico, a sua análise sobre o mito como uma forma de expressão simbólica antecipava percepções posteriores da psicanálise e da ciência social moderna (Allen, 1999).

A teoria de Bachofen postulava que a forma mais antiga de organização social estava fundamentada em um sistema familiar e de parentesco centrado nas mulheres. Nos estágios mais primitivos de desenvolvimento, denominado de *hetairismo*, os humanos não viviam em famílias nucleares organizadas, mas sim em um estado de promiscuidade sexual total sob a influência da deusa do desejo, Afrodite. As mulheres acabaram sendo submetidas à violência dos homens, e as crianças cresciam sem conhecer seus pais. Devido à ausência de reconhecimento da paternidade, a herança e a estrutura dessas organizações eram matrilineares. Segundo Osório (2002), o parentesco era primordialmente matrilinear, pois o papel do pai na reprodução não era plenamente compreendido. Embora essa concepção da organização familiar primitiva seja predominante, ainda não há consenso entre os antropólogos a respeito dessa explicação. De acordo com o autor, é provável que os homens temessem as mulheres devido ao mistério que envolvia sua capacidade de procriar, relacionada à fertilidade ligada aos poderes da natureza mãe que gera vida e sustento, já que eles não compreendiam completamente seu papel no processo biológico da fecundação (Osório, 2002). O vínculo mãe-filho era considerado o primeiro laço social e a base do primeiro senso moral. Bachofen (1861) afirma que:

Ao criar os filhos, a mulher aprende, antes que o homem, a estender seus cuidados afetuosos a outra criatura, além dos limites do ego. [...] Nesse estágio, a mulher é detentora de toda a cultura, de toda a benevolência, de toda a devoção, de toda a preocupação com os vivos e pesar pelos mortos. (*apud* Lerner, 1986-2019, p. 53).

De acordo com Roudinesco (2003), o termo *Mutterrecht* refere-se a herança matrilinear e a estrutura familiar, não necessariamente ao domínio político das mulheres, sendo o uso da palavra "matriarcado" muitas vezes enganoso. Bachofen retratou a fase inicial, *hetairismo*, como dominada pelos homens, com exploração sexual das mulheres. Com a autoridade moral conferida pela maternidade, as mulheres exigiam dos homens o casamento e

à formação de laços familiares, iniciando uma fase mais genuinamente matriarcal (ginococracia) na qual o culto a deusa dos cereais, Deméter, promovia uma cultura rural estável, marcada por reverência pela terra e pelos processos naturais, piedade, hospitalidade e solidariedade. Segundo Roudinesco (2003), nesse período, as mulheres estabeleceram a família, inventaram a agricultura, condenaram o matricídio e promoveram o cuidado do corpo. A história das Amazonas ilustra esse perigo, representando o surgimento de um imperialismo feminino que tem suas raízes diretamente no período do *hetairismo*.

Destaca-se que, nos próximos escritos, serão utilizados termos como "tribo" e "raça humana", que atualmente não são mais comuns, com o objetivo de preservar a fidelidade às obras originais dos autores.

Bachofen acredita que a fase de *ginococracia* foi interrompida quando as mulheres recorreram à violência para defender seu domínio contra a agressão masculina, as guerreiras femininas, ou Amazonas, se converteram ao culto de Dionísio, deus fálico da fertilidade masculina, que transportava suas devotas femininas para êxtases selvagens de embriaguez e desejo, levando à vitória do patriarcado (Allen, 1999). A maternidade tornou-se uma relação natural, enquanto a paternidade era legal. De acordo com Allen (1999), Bachofen conferiu credibilidade acadêmica a uma das ideias mais ousadas da época: a de que a dominação masculina sobre a mulher, assim como outros sistemas políticos, não era uma inevitabilidade, mas sim algo contingente, dependente do tempo, local e cultura.

Segundo Roudinesco (2003), o autor acreditava que a partir da consolidação do patriarcado, considerado o único regime capaz de possibilitar o progresso e o desenvolvimento de uma civilização espiritual, os malefícios atribuídos à ordem materna seriam superados, assumindo dessa forma o papel central na construção de uma nova ordem cultural. A autora afirma que, de acordo com a interpretação feita por Bachofen, o patriarcado enfrentava e ainda enfrenta desafios crescentes, especialmente na aurora do século XX, quando a modernidade é associada a uma nova força do matriarcado. A feminilização do corpo social é vista como um risco à ordem patriarcal, pois questiona os limites tradicionais entre os papéis masculino e feminino, promovendo uma suposta desestruturação do que o autor considerava essencial para a civilização. Nesse sentido, Roudinesco (2003) aponta:

Pois, seja qual for seu status, a mulher, no sentido do Mutterrecht, permanece para todo o sempre a encarnação do excesso, da morte, do incesto, da selvageria, do canibalismo. Como consequência, todo movimento favorável à emancipação das mulheres constitui uma ameaça para o futuro do gênero, na medida em que favorece a feminilização do corpo social através da abolição da diferença dos sexos e da generalização da androginia (p.24).

Leite (1994) diz que a influência feminina nas aldeias neolíticas prevaleceu até a chegada do arado, por volta do ano 5.000 a.C, quando os homens assumiram o controle das atividades produtivas, resultando na instituição da propriedade privada da terra e dos rebanhos. A partir desse ponto, a fidelidade das mulheres é requisitada para garantir a transmissão da herança aos filhos, pois a esposa passou a ser considerada parte dos bens pertencentes ao marido. A fidelidade conjugal representava uma condição crucial para o reconhecimento dos filhos legítimos e a herança da propriedade, delineando assim os limites da parentalidade (Osório, 2002).

As raízes da família monogâmica na civilização ocidental estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da noção de propriedade ao longo do processo civilizatório e destacam que a família monogâmica emergiu em determinadas circunstâncias sociais, uma vez que sua origem não está no amor sexual, mas sim no triunfo da propriedade individual. De acordo com Osório (2002), o divórcio era permitido na ausência de filhos, a pedido do marido, sendo raramente solicitado pela esposa, refletindo o domínio do regime patriarcal. Sob esse sistema, com o falecimento do pai, o patrimônio era transferido aos filhos homens e, na ausência destes, às filhas mulheres.

Muraro (2020) em *Breve Introdução Histórica*, afirma que durante a Alta Idade Média, as mulheres desfrutavam de uma condição mais favorável, com acesso às artes, ciências e literatura. Esse período coincidiu com as Cruzadas, durante as quais a Igreja não só alcançou seu maior poder temporal, mas também preparou o cenário para as grandes transformações que viriam séculos mais tarde com o Renascimento. No entanto, logo após essa época, ocorreu um fenômeno generalizado em toda a Europa, caracterizado pela repressão sistemática do feminino, que se estendeu do final do século XIV até meados do século XVIII. Este período é conhecido pelos quatro séculos de "caça às bruxas". Desde os tempos antigos, as mulheres desempenhavam papéis vitais como curandeiras, parteiras e guardiãs do conhecimento ancestral sobre ervas e anatomia. À medida que o poder médico se consolidava nas universidades medievais, as mulheres curandeiras passaram a representar uma ameaça, formando comunidades e confrarias que trocavam segredos de cura. Elas também se envolveram em revoltas camponesas, desafiando a centralização do poder feudal, que se fortaleceu através de métodos políticos e religiosos, como a Inquisição, para reprimir dissidências e consolidar o controle. Este processo visava subjugar as massas camponesas, especialmente as mulheres, que frequentemente eram vítimas dos abusos dos senhores feudais e buscavam resistir às adversidades da época.

As mulheres eram submetidas a um controle rigoroso de sua sexualidade pelos homens. O casamento era monogâmico e a mulher precisava se apresentar virgem ao marido, vindo diretamente das mãos do pai. Qualquer desvio dessa norma poderia resultar em punição severa, inclusive a morte. O adultério também era estritamente proibido, pois um filho concebido com outro homem poderia ameaçar a transmissão da herança, que historicamente era passada pela linhagem materna. Consequentemente, as mulheres eram relegadas ao papel doméstico, privadas de qualquer autoridade no espaço público, reservado exclusivamente aos homens. Essa divisão entre o privado e o público contribuiu diretamente para a dependência econômica das mulheres, perpetuando uma submissão que perdurou ao longo das gerações até os dias atuais. Nesse contexto, a cultura humana evoluiu de uma estrutura matricêntrica para uma patriarcal (Muraro, 2020).

Em seu tratado *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, escrito em 1884, Engels afirmou que a era do matriarcado primitivo foi caracterizada pela igualdade de gênero e pela propriedade comunal. Ele argumentou que o advento da propriedade privada em terras e escravos representou uma derrota mundialmente histórica do sexo feminino. Segundo o mesmo, a ascensão do patriarcado não resultou em um reinado de racionalidade superior, mas sim em desigualdade e injustiça. Segundo Roudinesco (2003):

[...] Ora o reino do matriarcado é apresentado como fonte de caos, de anarquia e de desordem, opondo-se ao do patriarcado, sinônimo de razão e de cultura, ora é descrito como um paraíso original e natural que o patriarcado teria destruído para instaurar seu despotismo autoritário. O patriarcado é uma forma tardia de organização social e que sucedeu a um estado primitivo de tipo matriarcal. Engels via assim, no advento do patriarcado, a grande derrota do sexo feminino e a criação da luta de classes — a mulher se tornando, na família burguesa, "o proletário do homem" (Roudinesco, 2003, p.22-23)

Nesse trecho, a autora contrapõe as perspectivas de Engels e Bachofen. Este último, segundo ela, considera a derrota da ordem feminina algo indispensável, sem a submissão dessa ordem, a humanidade estaria destinada à decadência, subjugada pela irracionalidade de uma feminilidade selvagem que colocaria em risco a estabilidade e o progresso da civilização.

Em seu livro *A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, publicado em 1986, Gerda Lerner analisa a teoria de Claude Lévi-Strauss sobre o comércio de mulheres, fenômeno recorrente em diversas sociedades tribais. Segundo a autora, a ocorrência de conflitos intertribais durante períodos de escassez econômica provavelmente fomentou a ascensão ao poder de homens que se destacaram por feitos militares significativos. O prestígio e a reputação obtidos por esses homens podem ter aumentado sua

propensão a exercer autoridade, inicialmente sobre as mulheres e, posteriormente, sobre os próprios homens de sua tribo. No entanto, segundo Lerner (1986/2019), esses fatores, por si só, não explicam a vasta transformação social ocorrida com o advento do sedentarismo e da agricultura. Para compreender essa mudança seria necessário considerar a prática do comércio de mulheres.

Lerner (1986/2019) enfatiza a teoria de Lévi-Strauss que a subordinação feminina tem origem no sistema de trocas de mulheres, prática que configura o casamento como uma relação comercial entre grupos de homens, com a mulher sendo o objeto da transação. Esse sistema baseia-se na doutrinação das mulheres para aceitarem casamentos arranjados como obrigação para com seus familiares:

Pode assumir várias formas, tais como a remoção forçada de mulheres de suas tribos (roubo de noivas); defloramento ritual ou estupro; casamentos arranjados. É sempre precedido de tabus sobre endogamia e pela doutrinação de mulheres, da mais tenra infância em diante, para a aceitação de sua obrigação para com seus parentes no sentido de consentir com casamentos impostos. Lévi-Strauss diz: A relação total de comércio que constitui o casamento não é estabelecida entre um homem e uma mulher [...] mas entre dois grupos de homens, e a mulher representa apenas um dos objetos na transação, não uma das partes. [...] Isso é verdadeiro mesmo quando os sentimentos da garota são levados em consideração, como, aliás, costuma ser o caso. Ao consentir com a união proposta, ela precipita ou permite que a transação se efetue; ela não pode alterar sua natureza (Lerner, 1986, p.100).

Lerner (1986/2019) discute que existem outras explicações possíveis para a escolha das mulheres como objeto de troca entre tribos, em vez de homens adultos. Caso os homens fossem comercializados, surgiria o desafio de garantir sua lealdade à nova tribo. O vínculo entre os homens e sua prole, em sociedades pré-patriarcais, ainda não era suficientemente forte para assegurar sua submissão em prol dos filhos. Além disso, os homens, devido à sua experiência em caça e viagens, possuíam habilidades que facilitariam sua fuga e a busca por vingança contra os integrantes da tribo que os acolheu. As mulheres, por outro lado, apresentavam características que tornavam sua coação mais viável. Submetê-las ao controle social era mais efetivo, muitas vezes por meio de estupro e violência sexual, estratégias que não apenas consolidavam a dominação, mas também criavam barreiras psicológicas e sociais para o retorno à tribo de origem. Uma vez casadas ou mães, as mulheres tendiam a desenvolver lealdade aos filhos e aos parentes destes, construindo, assim, laços profundos com a tribo que as recebeu. Esse vínculo emocional fortalecia a integração e a estabilidade social no novo grupo, promovendo sua aceitação do papel imposto.

Lerner (1986/2019) afirma ainda que a função reprodutiva das mulheres foi instrumentalizada culturalmente para reforçar seu valor como mediadoras de alianças. A

capacidade de gerar descendentes vinculava-as biologicamente às novas tribos, tornando-as peças-chave na perpetuação do grupo e na construção de redes sociais. Esse processo, marcado pela instrumentalização do corpo feminino, solidificou a prática do comércio de mulheres como uma ferramenta cultural de controle e organização intertribal:

As mulheres desenvolviam flexibilidade e sofisticação culturais por meio do papel de elo entre tribos. Retiradas da própria cultura, abarcavam duas culturas e aprendiam os costumes de ambas. O conhecimento obtido daí pôde dar a elas acesso a poder e com certeza influência (Lerner, 1986, p.103).

Assim como percebemos, a violência conjugal também é influenciada pela cultura e pelas normas sociais. Muitas vezes acaba por ser normalizada e torna-se aceitável conforme imaginários e práticas das relações entre os gêneros. Como exemplo, em sociedades ocidentais a violência é frequentemente associada a uma representação idealizada da masculinidade, ou seja, os homens usam a violência em situações em que desejam mostrar aos seus pares homens que são verdadeiros “homens”, possuidores de um falo.

Stecanella e Ferreira (2011) relataram, por meio da coleta de depoimentos de mulheres vítimas de violência conjugal, que o homem costuma utilizar da violência contra a parceira íntima em momentos que se sente desafiado em sua posição ou autoridade, como quando a mulher decide romper a relação unilateralmente ou quando esta tem um *status* superior ao do parceiro.

Em contrapartida, a condição feminina esteve estreitamente ligada a construções ideológicas que enfatizavam a maternidade e restringiam as mulheres ao espaço privado e doméstico, deixando-as em uma posição passiva em relação às decisões que envolviam o ambiente público e político (Oliveira e Souza, 2006). Em seu texto *Feminism, Social Science, and the Meanings of Modernity: the debate on the origin of the family in Europe and the United States, 1860–1914*, Ann Taylor Allen (1999), descreve algumas teorias sociológicas correntes no século XIX para explicar o desenvolvimento da sociedade, algumas destas afirmavam que a família matrilinear não era capaz de prover adequadamente seus descendentes, sendo que apenas os homens poderiam oferecer a proteção necessária para mulheres e crianças. Em contraste com esse discurso, feministas intelectuais da época se valeram de pesquisas nas ciências sociais para desenvolver outras abordagens no campo do conhecimento, oferecendo novas perspectivas sobre os papéis históricos e contemporâneos das mulheres. No discurso *The Matriarchate or Mother-Age*, de 1891, a feminista Elizabeth Cady Stanton, argumenta que:

A afirmação de que as mulheres sempre foram fisicamente inferiores aos homens e, conseqüentemente, sempre foram mantidas em uma condição subalterna, foi universalmente acreditada [...] o pior aspecto dessas suposições é que as próprias mulheres acreditam nelas. Felizmente, a pesquisa histórica finalmente provou a falácia dessas suposições e de todos os argumentos que delas derivam (Stanton, 1891, *apud* Allen, 1999, p.1096, tradução nossa).

Apesar das diferenças na abordagem e no foco, a teoria do patriarcado de Johann Jakob Bachofen se conecta ao investigar as raízes da organização social e das estruturas de poder, particularmente no que diz respeito à mudança de sistemas matrilineares para patrilineares e à consolidação do patriarcado, com o texto *Totem e Tabu*, escrito por Freud em 1913. Lerner (1986/2019) afirma que para Freud, a origem da agressividade masculina vem da rivalidade edipiana entre pai e filho pelo afeto da mãe. Os homens teriam criado a civilização como uma forma de compensar as frustrações vivenciadas durante a primeira infância, especialmente relacionadas à repressão de suas pulsões sexuais. No entanto, ao olharmos mais de perto as origens da cultura em *Totem e Tabu*, podemos depreender que a agressividade também forma outro tipo de relação até então inexistente: a união entre os irmãos.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2012) apresenta uma narrativa que combina elementos míticos e psicanalíticos para explicar as origens da sociedade, da religião e das estruturas de poder. Ele descreve, baseado em uma hipótese proposta por Darwin (1871), uma era primitiva em que pequenos grupos humanos viviam sob o domínio despótico de um macho alfa que monopolizava todas as fêmeas do grupo. Em determinado momento, os filhos, frustrados com a opressão e movidos por rivalidade e desejo, rebelaram-se contra o pai. Num ato coletivo de violência, mataram-no e, simbolicamente, comeram seu cadáver, um ritual que uniu os irmãos para a realização do parricídio. Após o assassinato, o arrependimento tomou conta do grupo. O assassinato levou à criação de uma nova ordem social, marcada pela imposição de regras que fundamentaram a vida em sociedade. A interdição ao incesto e a exogamia emergiram como pilares dessa reorganização. Qualquer um que tentasse ocupar o lugar do pai poderia ser morto como um dia o pai fora.

Nesse sentido, conforme Namba (2020), é possível estabelecer uma analogia entre os processos individuais vivenciados por meninas e meninos ao ingressarem no complexo de Édipo e os eventos ocorridos desde o mito da horda primitiva descrito por Freud, que oferece uma explicação simbólica para o surgimento das primeiras formações psíquicas e sociais na humanidade. Dentro dessa lógica, a castração pode ser entendida como a expulsão dos filhos não escolhidos da horda. Embora a exclusão gere ressentimento, esses filhos ainda buscam

uma identificação amorosa com o pai da horda, ao mesmo tempo em que temem a morte. No entanto, esse temor e ressentimento acabam por levá-los a se unirem e retornarem para matá-lo. Assim, a castração representa a passagem da natureza para a cultura e, no plano individual, resulta na dissolução do complexo de Édipo. Esse processo marca a consolidação da masculinidade no menino, que precisa enfrentar o desamparo gerado pela nova organização.

Por outro lado, nas meninas, a dissolução não implica na expulsão da horda e na perda do amor do pai, mas sim na possibilidade de serem amadas por ele, realizando, por esse meio, a transição do amor dedicado à mãe para o pai. Nesse sentido, segundo Namba (2020), existe uma aliança entre as mulheres, marcada pela ambivalência e rivalidade, ao contrário dos homens. A autora chama atenção para o fato de que observamos ser não só a dissolução do complexo feminino, mas uma verdadeira dissolução da horda. Dessa forma, as mulheres tendem a se apegar de maneira mais prolongada à saudade desse período da horda, onde suas garantias estavam asseguradas.

Namba (2020) sugere, por fim, que a escolha de Freud em atribuir às mulheres uma posição passiva dentro da cultura, associando o feminino à passividade, parece derivar do papel que elas desempenhavam na horda, um papel que levaram consigo ao deixá-la. Assim, ao formular o mito da horda primitiva, a teoria freudiana parece ter atribuído aos homens a responsabilidade de lidar com o constante temor da castração, ou seja, os homens estavam unidos pelo ódio e por uma vulnerabilidade compartilhada, enfrentando a ameaça juntos. Por outro lado, as mulheres, embora rivais entre si e também vulneráveis de certa forma, não seriam afetadas pelo medo da castração da mesma maneira que os homens. Freud parece ter considerado que as mulheres não viviam o mesmo tipo de angústia intensa que os homens, ligados ao medo de perder sua potência ou virilidade.

3. O CONCEITO DE FEMINILIDADE PARA A PSICANÁLISE FREUDIANA

Freud esteve ligado aos padrões da família burguesa tradicional da época em que as características patriarcais imperavam, a teoria freudiana sobre o feminino é definida como heterogênea e contraditória por alguns autores, como diz Alonso (2011) em *O tempo, a escuta, o feminino*. No entanto, foi através do autor e do desenvolvimento de estudos subsequentes que a psicanálise conseguiu elucidar a relação entre mulher e sexualidade, suscitando questões como “O que é feminilidade?”, “Como se institui o desejo feminino?” e,

a pergunta central que norteou seus estudos sobre as histéricas, “O que quer a mulher?”, buscando ir além do sintoma e manifestações conscientes.

Em seu texto *Sobre a sexualidade feminina*, Freud (1931/2010) destaca as diferenças que ocorrem em ambos os sexos durante a passagem pelo complexo de Édipo:

Na fase do complexo de Édipo normal vemos a criança ligada afetivamente ao genitor do sexo oposto, enquanto na relação com o de mesmo sexo predomina a hostilidade. Não nos é difícil chegar a esse resultado no caso do menino. A mãe foi seu primeiro objeto de amor; continua a sê-lo, e, com a intensificação dos impulsos amorosos do menino e sua maior compreensão dos laços entre o pai e a mãe, o pai tem de se tornar seu rival. É diferente com a menina. Seu primeiro objeto foi também a mãe, certamente. Mas como acha ela o caminho até o pai? Como, quando e por que ela se desprende da mãe? Há algum tempo vimos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é complicado pela tarefa de abandonar a zona genital originalmente dominante, o clitóris, por uma nova, a vagina. Agora uma segunda transformação, a troca do original objeto mãe pelo pai, parece-nos igualmente característica e significativa para o desenvolvimento da mulher. Ainda não podemos perceber de que modo as duas tarefas se vinculam (p. 203).

Antes de ingressar no complexo de Édipo, as meninas passam por um momento de grande ligação com as mães, sendo seu primeiro objeto de amor, o que caracteriza a fase pré-edípica. É nesse estágio que a menina começa a desenvolver as características necessárias para desempenhar seu papel na função sexual e nas atividades sociais futuramente. Além disso, é nesse processo de identificação que ela adquire os elementos que constituirão a base de sua atração por um homem. A partir do desenvolvimento inicial da sexualização da mãe, a menina irá futuramente desejar sexualmente o pai, isso ocorre de forma diferente para os meninos. Os meninos não necessitam trocar o objeto de amor durante o complexo de Édipo, pois, desde o início, direcionam seu desejo ao sexo oposto, tendo a mãe como o principal objeto sexual de seu desejo edípico. No entanto, ao longo do desenvolvimento sexual, apresentam uma forte identificação com o pai, que desempenha um papel significativo nesse processo.

Durante o período pré-edípico, a garota apresenta uma postura ativa e masculinizada. Segundo Nasio (2005, p.49), “a menina deseja a mãe como objeto sexual, adotando perante ela a mesma atitude que o menino edípico”. Com isso, observamos comportamentos pautados na onipotência fálica e com fantasias de papel sexual ativo em relação à mãe. De acordo com Freud (1931/2010), a sexualidade das meninas nesse momento é localizada no clitóris e elas desenvolvem a fantasia de possuir um pênis pequeno ou esperam que ele cresça, porém quando percebem que essa fantasia não se concretizará, transformam-na em

ressentimento, iniciando o complexo de castração antes da entrada no complexo de Édipo e passam a interpretar a ausência de pênis como uma falta ou mutilação.

Até então, a menina confiava em suas sensações de poder associadas ao clitóris e à vagina, que sustentavam seu sentimento de onipotência. Porém, ao se deparar com o pênis, começa a duvidar dessas sensações, acreditando que a verdadeira fonte de poder não está em si mesma, mas no corpo do outro, no sexo masculino. A menina sente-se desprovida, pois o símbolo de poder não reside mais em suas próprias sensações, mas no órgão visível do menino. O falo, agora, está no outro e se concretiza na forma do pênis, gerando um profundo e doloroso conflito interno (Nasio, 2005). Dessa forma, o complexo de castração tem início quando a ausência do falo é percebida.

O complexo de castração é definido por Laplanche e Pontalis (2001) como:

Complexo centrado na fantasia de castração, que proporciona uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos (presença ou ausência de pênis) coloca para a criança. Essa diferença é atribuída à amputação do pênis na menina. A estrutura e os efeitos do complexo de castração são diferentes no menino e na menina. O menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna em resposta às suas atividades sexuais, surgindo daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar. O complexo de castração está em estreita relação com o complexo de Édipo e, mais especialmente, com a função interditoria e normativa (p.74).

Ao ingressar no complexo de Édipo, observa-se que a garota rivaliza e se identifica simultaneamente com a mãe, caracterizando uma relação ambivalente e marcada de atividade e passividade.

Freud (1931/2010) propõe que a hostilidade da menina em relação à mãe decorre justamente do seu complexo de castração que evidencia um sentimento de ameaça vivenciado na infância, quando a criança percebe a diferença anatômica entre os sexos.

Poli (2007) relembra que a fase do desenvolvimento psicosexual em que ocorre o complexo edípico é designada por Freud como a "fase fálica", ao contrário da sexualidade adulta, as crianças desconhecem os órgãos sexuais femininos. A teoria sexual proposta pelo autor atribui um único genital, o masculino, a ambos os sexos. Por meio da constatação de uma dessemelhança corporal, as crianças elaboram teorias para superar a ausência do pênis no corpo feminino, como: "é pequeno, mas vai crescer", "ela o tinha, mas perdeu", "o pênis foi cortado como castigo", "não me deram porque eu não merecia", entre outras (Poli, 2007).

Conforme Nasio (2005), a menina se afasta da mãe e sente-se tomada pela percepção de ter sido privada e enganada. Na verdade, a dor de ter sido privada e a de ter sido enganada

convergem em uma única experiência emocional que combina a sensação de injustiça com a avaliação de uma auto imagem ferida:

Uma mãe ontem onipotente e que agora se revela impotente para lhe dar um Falo que ela própria não tem nem nunca teve. Sim, sua mãe também é tão desprovida quanto ela, merecendo apenas desprezo e recriminações. É nesse exato instante que, despeitada, a menina esquiva-se da mãe e, em sua solidão, fica furiosa por ter sido privada e enganada (Nasio, 2005, p. 51)

Nesse contexto, a mulher aparentemente aceita a castração, admite sua inferioridade em relação à superioridade masculina e, ao mesmo tempo, experimenta um sentimento inconsciente de revolta. A partir disso, podemos pensar em três possíveis desdobramentos, o primeiro seria o da insatisfação com o clitóris, levando à renúncia da sexualidade. O segundo envolveria a persistência da autoafirmação e a esperança de recuperar o pênis, transformando essa busca em um objetivo de vida. Nesse caso, a fantasia de ser homem pode durar por longos períodos, resultando no chamado “complexo de masculinidade”, que pode levar à escolha homossexual do objeto. O terceiro caminho, por sua vez, é mais complexo e sinuoso, pois envolve a configuração definitiva da feminilidade (Ferreira e Danziato, 2019).

Nesse processo, segundo Nasio (2005), a menina torna o pai seu objeto de amor e transita da zona erógena do clitóris para a vagina. Essa troca de objeto da mãe para o pai é considerada fundamental para a diferenciação genital entre masculino e feminino, além da estruturação psíquica feminina. A menina deseja então ocupar o lugar de predileção do pai, pois a inveja de possuir o falo do pai é substituída pelo desejo incestuoso de ser possuída por ele, tornando-se o falo em sua totalidade. Durante a fase da inveja, a menina adota uma posição masculina; entretanto, ao transitar para o desejo, ela assume uma posição feminina. Assim, o sentimento masculino de inveja dá lugar ao desejo feminino de se tornar o objeto de amor do pai, fazendo com que a menina entre de fato no complexo de Édipo:

É a idade em que as filhas adoram observar a mãe se maquiando ou se embelezando – ainda que a admiração pela mãe seja duplicada por uma forte rivalidade: toda mãe é então, para a filha, tanto um ideal quanto uma temível rival. Assim, realiza-se o primeiro movimento de identificação da filha com o desejo da mãe, o de ser a mulher do homem amado e dar-lhe um filho (Nasio, 2005, p. 56).

Identifica-se nas meninas a inveja do pênis e o desejo manifesto em possuir um órgão genital masculino, o que as fazem buscar no amor ao pai uma compensação para a sua falta. Nasio (2005, p. 53-54) afirma que “a inveja do Falo é a inveja infantil e ciumenta de uma criança magoada, vingativa e nostálgica, que quer recuperar o símbolo do poder de que julga

ter sido despossuída”. Nos meninos o desejo edípico diz respeito à união com a mãe, seu primeiro objeto de amor, que é impedida pela possibilidade da perda do órgão masculino. Nesse sentido, o menino experimenta uma batalha em relação a atitude passiva no que diz respeito a outro homem (pai), caracterizando em ambos os casos o complexo de castração ou "repúdio da feminilidade", como apresenta Freud (1931/2010), quando se refere à tentativa do indivíduo masculino ou feminino se agarrar à referência fálica como uma posição defensiva contra a feminilidade. Ainda, para os homens, “a influência do complexo da castração deixa também certo grau de menosprezo pela mulher, percebida como castrada” (Freud, 1931/2010, p.207).

Nessa perspectiva, para Freud (1931/2010), a feminilidade é uma característica que se manifesta tanto em homens quanto em mulheres, e sua aceitação é equivalente à aceitação da castração. A inveja do pênis e a luta contra a passividade são consideradas expressões da resistência à castração, resultantes da fixação em fantasias relacionadas à fase fálica da sexualidade.

Birman (1999), diz que existe uma espécie de ordenação ontológica entre os gêneros, trazendo consigo uma gama de ramificações psicológicas, sociais e culturais. Tanto pela presença simbólica do falo no pênis e no corpo masculino quanto pela sua ausência no corpo feminino, a distinção entre masculino e feminino foi construída com base em sua lógica. Isso implica, de acordo com Birman (1999), que aqueles que possuem o falo se veem como ontologicamente superiores, enquanto aqueles que não o possuem se consideram inferiorizados em sua essência. Durante essa fase, a preservação do pênis é fundamental para as pretensões edípicas dos meninos, enquanto a valorização do pênis desempenha um papel central no amor edípico que a menina direciona ao pai.

O reconhecimento da castração é um evento de grande importância para o desenvolvimento sexual e psíquico da mulher. Ela enfrenta a necessidade de lidar com a ausência e buscar ao longo da vida meios de preenchê-la. Muitas vezes reconhece uma inferioridade ligada ao fato de ser castrada e, por consequência, uma superioridade do homem. Entretanto, como abordado anteriormente, a posição da mulher diante da castração oferece algumas possibilidades para sua sexualidade: a inibição sexual, a neurose, a adoção de um complexo de masculinidade ou ainda vivência da feminilidade normal (Xavier e Ferrante, 2019).

Soler (2005), identifica que a mulher é aquela cuja ausência fálica a leva a buscar o amor de um homem. Inicialmente, esse homem é o pai, que herda uma transferência do amor originalmente direcionado à mãe, e, posteriormente, é o cônjuge. Em resumo, ao perceber a

ausência do pênis, a menina se torna mulher ao desejar o falo daquele que o possui. Ao considerar o complexo de castração como a encruzilhada do processo de tornar-se homem ou mulher, Freud introduz, pelo menos implicitamente, a ideia de uma desnaturação do sexo no ser humano. O ser sexuado do organismo, que não se limita apenas à anatomia, não é suficiente para formar o ser sexuado do sujeito. Prova disso é a constante e perceptível inquietação dos indivíduos quanto à conformidade de seu sexo. Quase nenhuma mulher deixa de se preocupar, pelo menos ocasionalmente, com sua verdadeira feminilidade, e quase nenhum homem deixa de se inquietar com sua virilidade (Soler, 2005). Quando é descoberta a diferenciação anatômica entre os sexos e a presença ou não do falo, a distinção entre os sexos começa a ser construída. Observamos então que o feminino é refletido a partir da ausência deste.

Narvaz (2010) ressalta que, no pensamento de Freud, o conceito de feminino, inicialmente associado às mulheres, à castração e à ausência do pênis, foi aos poucos desvinculado de critérios exclusivamente anatômicos. Apesar de o discurso freudiano apresentar um viés marcadamente biológico em sua fase inicial, o feminino permaneceu ligado à passividade e ao sentimento de inferioridade, compreendido como uma marca resultante da ferida narcísica gerada pela inveja feminina do pênis. A autora reflete também sobre a perspectiva freudiana no sentido em que ser mulher exigiria tanto o reconhecimento de sua condição de castração, marcada pela ausência do falo, quanto a aspiração à maternidade. Na ausência desse reconhecimento, a mulher estaria destinada a inibição sexual, neurose ou perversão, já que, considerada anômala e patologicamente marcada em seus impulsos eróticos, nutriria o desejo oculto de possuir o falo e de assumir uma posição semelhante à masculina.

Birman (1999), em *Cartografias do Feminino*, ressalta que Freud preservou o estatuto das mulheres estabelecido no século XVIII, segundo o qual elas seriam, por natureza, mães, com a maternidade sendo vista como parte essencial de sua identidade. Além disso, Freud acrescentou que as mulheres deveriam ser mães por vocação libidinal e, como resultado, seu papel deveria se restringir ao âmbito familiar, e não ao público.

Por meio do conceito de castração e tudo o que envolve, até onde conseguimos observar, a falta do falo na mulher se refere a um ponto de sua história, porém anteriormente a isso a menina fora capaz de vivenciar sensações sem a intervenção dessa falta, como acontece com os primeiros cuidados obtidos por meio da figura materna; por conta disso, os prazeres experimentados no início do seu desenvolvimento sexual direcionam-na em suas relações futuras.

4. A ESCOLHA DO OBJETO AMOROSO E O LAÇO CONJUGAL

Para a psicanálise freudiana, a escolha do objeto amoroso pelas mulheres e a sua relação com ele é parte crucial para o entendimento da manutenção de vínculos permeados pela violência. A escolha do objeto amoroso e os traçados realizados pela da libido, ficam evidentes na vida adulta apenas na medida em que o indivíduo começa a se relacionar de forma amorosa e sexual.

A psicanálise observa que o apaixonamento adulto se deve a escolhas que são expressões de uma estruturação psíquica anterior da vida sexual infantil. Nesse sentido, Freud (1914/2010), em *Introdução ao Narcisismo*, expõe que o ser humano possui dois objetos amorosos iniciais, a figura que o cria e si mesmo, de alguma forma a escolha amorosa feita pelo indivíduo irá refletir futuramente esses objetos primevos. Segundo o autor, as escolhas objetais são inconscientes baseadas predominantemente em dois modelos, um de tipo “narcísico” e por “apoio”. Mas não necessariamente as pessoas se dividem em dois grupos distintos:

Preferimos supor, isto sim, que para cada pessoa ficam abertos ambos os caminhos da escolha de objeto, sendo que um ou outro pode ter a preferência. Dizemos que o ser humano tem originalmente dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, e nisso pressupomos o narcisismo primário de todo indivíduo, que eventualmente pode se expressar de maneira dominante em sua escolha de objeto. (Freud, 1914, p. 31-32).

Se por um lado a escolha de objeto narcísica baseia-se na relação do indivíduo consigo mesmo, envolvendo sua própria imagem, de modo que nesse tipo de escolha o sujeito nutre o amor baseado em traços de si próprio no objeto amoroso; por outro lado, a escolha de objeto por “apoio” tem suas raízes nas figuras materna e paterna, ou seja, aprende a amar como o amaram. Segundo Freud (1914/2010), concorrem em todos os indivíduos, com a prevalência de um ou outro. Além disso, “uma comparação entre homem e mulher mostra que há diferenças fundamentais, embora não universais, quanto ao seu tipo de escolha” (p. 23).

O amor objetal por apoio seria mais característico do sexo masculino e reflete uma forte valorização sexual do objeto amoroso em detrimento de seu Eu, o que leva o indivíduo a se apaixonar como Freud (1914/2010) destaca:

O amor objetal completo, segundo o tipo “de apoio”, é de fato característico do homem. Exibe a notória superestimação sexual, que provavelmente deriva do

narcisismo original da criança, e corresponde assim a uma transposição do mesmo para o objeto sexual (p.23)

No caso da mulher, a escolha objetual seria predominantemente narcísica. Durante o período da puberdade, o desenvolvimento dos órgãos genitais promove e intensifica o narcisismo primário. Elas passam a amar a si próprias com grande intensidade, evidenciando que em suas necessidades não estão focadas em amar, mas sim em serem amadas, segundo Freud (1914/2010):

Com a puberdade, a maturação dos órgãos sexuais femininos até então latentes parece trazer um aumento do narcisismo original, que não é propício à constituição de um regular amor objetual com superestimação sexual. Em particular quando se torna bela, produz-se na mulher uma autossuficiência que para ela compensa a pouca liberdade que a sociedade lhe impõe na escolha de objeto. A rigor, tais mulheres amam apenas a si mesmas com intensidade semelhante à que são amadas pelo homem. Sua necessidade não reside tanto em amar quanto em serem amadas, e o homem que lhes agrada é o que preenche tal condição. (p.23)

Isso pode se tornar um empecilho para o desenvolvimento de uma escolha amorosa, uma vez que a escolha narcísica a conduza a escolher parceiros que possam estimá-la como ela foi, ou como parte do que foi, como ela é, ou ainda, como ela gostaria de ser, levando assim a incongruências entre as escolhas da mulher e de seus parceiros.

Nasio (2005) traz à memória que o objeto narcísico para os meninos é seu pênis-Falo, cuja preservação o conduz à renúncia dos pais. Já para a menina, em contraste, o objeto narcísico não reside em uma parte específica de seu corpo, mas em seu amor próprio, na imagem fascinante de si mesma. Nesse sentido, o falo não estaria associado ao pênis, mas à representação de sua própria imagem.

Freud (1933/2010) em *A feminilidade* afirma que quando a mulher tem a liberdade de escolher seu objeto amoroso, geralmente escolhe alguém que corresponda ao ideal narcísico de homem que ela própria gostaria de ser. No entanto, se a menina permanecer vinculada ao pai durante o complexo de Édipo, sua escolha de parceiro seguirá o modelo paterno. Compreende-se em vista do conceito de narcisismo que em qualquer tipo de escolha amorosa feita pelo indivíduo haverá uma condição relacionada a uma falta, algo que o sujeito busca no outro, como cita Freud (1914/2010):

O narcisismo aparece deslocado para esse novo eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição. Aqui, como sempre no âmbito da libido, o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pôde mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo

despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal (p.27-28).

Em outras palavras, no vínculo conjugal, a vida se repete: o homem vê na mulher a sua própria mãe, enquanto ela vê no marido o seu próprio pai.

[...] a fase de exclusiva ligação à mãe, que podemos chamar de pré edípica, assume na mulher uma importância bem maior do que no homem [...] Há muito notamos, por exemplo, que muitas mulheres escolhem o marido conforme o modelo do pai, ou o põem no lugar do pai, mas repetem com ele, no casamento, a má relação com a mãe. Ele deveria herdar a relação com o pai; mas, na realidade, herda aquela com a mãe. Não é difícil vermos aí um claro caso de regressão. A relação com a mãe foi a original, sobre ela construiu-se a ligação ao pai, e agora, no casamento, a relação original emerge da repressão. O traslado das ligações afetivas do objeto materno para o paterno constituiu o teor principal do desenvolvimento que leva à feminilidade (Freud, 1931-2010, p.208)

De acordo com a visão freudiana, o amor é caracterizado pelo movimento e pelo investimento libidinal em objetos que substituem o par parental. Dessa forma, o indivíduo busca nos relacionamentos amorosos um reencontro com o objeto amoroso perdido. Freud diz que esse processo é inevitavelmente falho, uma vez que não há nenhuma "metade perfeita" que possa preencher completamente o vazio deixado por este. Inúmeras insatisfações surgem e tecem as tramas amorosas, apontando para a falta (Miranda e Ramos, 2014).

Para Nasio (2005), a experiência vivida no complexo edípico é registrada no inconsciente da criança e permanece ao longo de toda a vida como uma fantasia. Essa fantasia desempenha um papel fundamental na definição da identidade sexual do indivíduo, influencia vários aspectos de sua personalidade e molda sua capacidade de lidar com conflitos afetivos.

Assim como a criança edípica, percebemos a escalada do desejo pelo outro, forjamos fantasias, sentimos prazer com nosso corpo ou o corpo do outro, temos medo de ser superados por nossas pulsões e aprendemos, finalmente, a refrear nosso desejo e nosso prazer para viver em sociedade. Que é a psicanálise senão uma prática sustentada por uma teoria que concebe o homem de hoje a partir da experiência edípica vivida por todas as crianças quando têm de aprender a refrear seu desejo e moderar seu prazer? (Nasio, 2005, p.13).

Através da escolha objetal e do vínculo amoroso, o indivíduo buscará inconscientemente suprir essa falta e tornar-se completo através do objeto amado. Segundo Xavier e Ferrante (2019), a falta impulsiona o sujeito a buscar ao longo da vida, diversas maneiras de preenchê-la, na tentativa de alcançar a completude, reviver a primeira experiência de satisfação ou reencontrar o objeto amoroso perdido, mesmo que isso só seja possível parcialmente.

5. O MASOQUISMO

Os sujeitos carregam consigo uma bagagem advinda das experiências e vivências familiares que se referem principalmente à infância, influenciando suas escolhas amorosas futuras. Pincus e Dare (1981) expõem que além das motivações que impulsionam a escolha objetual serem inconscientes, a maioria destas derivam de experiências vividas na infância, mais especificamente como foram satisfeitas as necessidades no início da vida, suscitando padrões repetitivos de relacionamentos.

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/2010) apresenta o conceito de pulsão como representante psíquico de estímulos internos provenientes de processos excitatórios em órgãos do corpo. Diferentemente dos estímulos que são produzidos fora do organismo, isolados e passageiros, as pulsões surgem de fontes internas do organismo e exigem constante trabalho do psiquismo para serem manejadas:

O que diferencia as pulsões umas das outras e as dota de atributos específicos é a relação com suas fontes somáticas e suas metas. A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e sua meta imediata consiste na remoção desse estímulo no órgão. Outra suposição provisória da teoria pulsional, que não podemos deixar de fazer, diz que os órgãos do corpo fornecem dois tipos de excitações, fundamentados em diferenças de natureza química. Designamos um desses tipos de excitação como aquela especificamente sexual, e o órgão atinente, como a "zona erógena" da pulsão parcial sexual que dele procede (Freud, 1905, p.67)

Em *A pulsão e seus destinos*, Freud (1915/2010) supõe que as pulsões seriam organizadas em dois grandes tipos: pulsões de autoconservação e pulsões sexuais. As pulsões de autoconservação, teriam como objetivo a manutenção da vida e do eu. Já as pulsões sexuais buscavam a satisfação sexual e a preservação da espécie por meio da ligação com objetos.

Nesse sentido também sugeriu que, inicialmente, as pulsões sexuais estariam conectadas às de autoconservação, direcionando-se a elementos que contribuíssem para a sobrevivência da espécie. No entanto, o autor não parecia convicto dessa divisão, afirmando que a teoria poderia ser revista caso novas tendências surgissem em consistência com casos clínicos:

Sugeri a diferenciação de dois grupos dessas pulsões primordiais, as pulsões do Eu, ou de autoconservação, e as pulsões sexuais. Mas essa proposta não tem a significação de um pressuposto necessário, como, por exemplo, a hipótese acerca da tendência biológica do aparelho psíquico; não passa de uma construção auxiliar, que deve ser mantida apenas enquanto se revelar útil, e cuja substituição por outra não mudará muito os resultados de nosso trabalho de descrição e ordenação.[...] é

possível, porém, que um estudo aprofundado das outras afecções neuróticas (sobretudo das psiconeuroses narcísicas, as esquizofrenias) leve a uma mudança dessa fórmula, e com isso a uma outra classificação das pulsões primordiais. Mas atualmente não conhecemos essa nova fórmula, e ainda não deparamos com um argumento que fosse desfavorável à contraposição de pulsões do Eu e pulsões sexuais (Freud, 1915-2010, p. 44-45).

Em 1920, no texto *Além do princípio do prazer*, Freud propõe uma nova dualidade pulsional. A pulsão sexual e de autoconservação, foram agrupadas e chamadas de pulsões de vida, tornando-se a principal responsável pelas excitações e ações que motivam a busca por objetos para a garantia da preservação da espécie. Em contraste com essa, a pulsão de morte é definida por Freud (1920/2010) como uma tendência dos indivíduos de repetir padrões que os levam a sua própria destruição. Segundo Roudinesco e Plon (1997) a pulsão de morte é caracterizada como:

De origem inconsciente e, portanto, difícil de controlar, essa compulsão leva o sujeito a se colocar repetitivamente em situações dolorosas, réplicas de experiências antigas. Mesmo que não se possa eliminar qualquer vestígio de satisfação libidinal desse processo, o que contribui para torná-lo difícil de observar em estado puro, o simples princípio de prazer não pode explicá-lo (p.631).

Laplanche e Pontalis (2001) definem a pulsão de morte como:

No quadro da última teoria freudiana das pulsões, designa uma categoria fundamental de pulsões que se contrapõem às pulsões de vida e que tendem para a redução completa das tensões, isto é, tendem a reconduzir o ser vivo ao estado inorgânico. Voltadas inicialmente para o interior e tendendo à autodestruição, as pulsões de morte seriam secundariamente dirigidas para o exterior, manifestando-se então sob a forma da pulsão de agressão ou de destruição (p.407).

Segundo os autores, ao empregar o termo “pulsão de morte”, Freud buscou enfatizar o aspecto mais essencial da noção de pulsão, que seria a tendência ao retorno a um estado anterior e, em última instância, ao repouso absoluto do inorgânico. Fazendo uma comparação entre ambas as pulsões (de morte e de vida), os autores afirmam que:

As primeiras (pulsões de morte) tendem para a destruição das unidades vitais, para a igualização radical das tensões e para o retorno ao estado inorgânico que se supõe ser o estado de repouso absoluto. As segundas (pulsões de vida) tendem não apenas a conservar as unidades vitais existentes, como a constituir, a partir destas, unidades mais globalizantes (Laplanche e Pontalis, 2001, p.414).

Freud (1920/2010) reforça a nova dualidade pulsional revelando que “desde o princípio nossa concepção era dualista, e hoje é mais claramente dualista do que antes, desde que não mais denominamos as opostas pulsões do eu e pulsões sexuais, mas pulsões de vida e de morte” (p.163). Destaca-se nesse ponto que a segunda teoria pulsional não invalida a

primeira, apenas agrupa as pulsões sexuais e de autoconservação dentro do conceito mais amplo de pulsões de vida (Azevedo e Neto, 2015).

Freud (1920-2010) observou que, em certas ocasiões, o psiquismo, em vez de reduzir a carga de energia conforme preconizado pelo princípio do prazer, busca o oposto: aumentá-la, gerando desprazer. Por princípio do prazer entendemos:

Os fatos que nos levaram a crer que o princípio do prazer predomina na psique também acham expressão na hipótese de que o aparelho psíquico se empenha em conservar a quantidade de excitação nele existente o mais baixa possível, ou ao menos constante. É a mesma coisa, apenas em outra formulação, pois, se o trabalho do aparelho psíquico se dirige para manter baixa a quantidade de excitação, tudo o que tem a propriedade de aumentá-la será percebido como disfuncional, ou seja, como desprazeroso. O princípio do prazer deriva do princípio da constância; na realidade o princípio da constância foi deduzido dos fatos que nos impuseram a hipótese do princípio do prazer. E, ao aprofundar a discussão, veremos que esse empenho do aparelho psíquico, que nós supomos, subordina-se, como caso especial, ao princípio fechneriano da tendência à estabilidade, ao qual ele, Fechner, relacionou as sensações de prazer-desprazer (Freud, 1920-2010, p. 122-123)

Dessa forma, o curso dos processos psíquicos é regulado automaticamente pelo princípio do prazer, que se manifesta como uma resposta a essa tensão desprazerosa. Esses processos tomam uma direção que resulta na redução dessa tensão, promovendo a evitação do desprazer ou a geração de prazer. Assim, tudo o que aumenta essa excitação é percebido como desprazeroso. O princípio do prazer, portanto, deriva do princípio da constância, demonstrando que o psiquismo busca constantemente o equilíbrio interno.

Freud (1920/2010) percebeu que a repetição de conteúdos desprazerosos, que intensificava a carga psíquica, parecia contradizer o princípio do prazer. No entanto, concluiu que esse processo, em última instância, visava criar as condições necessárias para que o princípio do prazer pudesse efetivamente se manifestar. A excitação excessiva é considerada traumatizante e deve ser controlada para evitar níveis internos elevados que possam levar a um colapso psíquico extremo. Apenas após a realização dessa tarefa de controle, o princípio do prazer poderia entrar em ação. Os conteúdos traumáticos e desprazerosos eram revividos como uma tentativa do psiquismo de controlar a energia associada a eles. Esse processo buscava integrar os conteúdos traumáticos ao funcionamento psíquico, restaurando o equilíbrio interno (Azevedo e Neto, 2015).

Freud (1914/2010) já havia proposto que, nas neuroses, é possível identificar uma fixação no evento traumático. Em vez de esquecer a situação, os indivíduos frequentemente a revivem em sonhos repetitivos, como uma tentativa de ligar a energia em seu psiquismo. Nesse sentido, a compulsão à repetição manifesta-se como uma fixação, revelando marcas de

um trauma que não foi simbolizado e permanece recalcado, aprisionando o sujeito em um ciclo contínuo de repetições.

Com o impedimento de representar um acontecimento traumático, a pulsão de morte faz com que o sujeito a reproduza compulsivamente de forma inconsciente, não sendo possível perceber e elaborar o conteúdo que está se repetindo. Com isso, o que é experimentado pelo indivíduo o leva a retornar para uma situação de sofrimento ao mesmo tempo em que é possível encontrar um prazer e um caráter de satisfação em situações como essas (Meireles, 2021).

Nesse sentido, Rudge (2009) argumenta que a busca pelo prazer e a evitação do sofrimento são tendências fundamentais do psiquismo, mas também somos dominados pela compulsão à repetição, que nos impulsiona a reviver repetidamente experiências dolorosas. Como exemplifica Freud:

[...] De modo que conhecemos pessoas para as quais toda relação humana tem igual desfecho: benfeitores que, após algum tempo, são rancorosamente abandonados por cada um de seus protegidos, por mais diferentes que estes sejam entre si, e que, portanto, parecem fadados a fruir toda a amargura da ingratidão; homens para os quais o desfecho de toda amizade é serem traídos pelo amigo; outros que repetidamente, no curso da vida, elevam outra pessoa à condição de grande autoridade para si mesmos ou para a opinião pública, e após um certo tempo derrubam eles próprios essa autoridade, para substituí-la por uma nova; amantes cuja relação amorosa com uma mulher percorre sempre as mesmas fases e conduz ao mesmo fim etc. Esse “eterno retorno do mesmo” não nos surpreende muito, quando se trata de um comportamento ativo da pessoa em questão e nós descobrimos o traço de caráter permanente de seu ser, que tem de manifestar-se na repetição das mesmas vivências. Impressão bem mais forte nos produzem os casos em que o indivíduo parece vivenciar passivamente algo que está fora de sua influência, quando ele apenas vivencia, de fato, a repetição do mesmo destino [...] Em vista dessas observações, extraídas da conduta na transferência e do destino das pessoas, sentimos-nos encorajados a supor que na vida psíquica há realmente uma compulsão à repetição, que sobrepuja o princípio do prazer (Freud, 1920-2010, p.134-135).

A compulsão à repetição é então considerada mais básica no psiquismo do que o princípio de prazer e é uma resposta direta a situações traumáticas, dolorosas e que causam grande sofrimento. Desse modo, como uma reação a situações traumáticas, ela está intimamente ligada à pulsão de morte. Essa última, como já destacada, é voltada ao próprio indivíduo, como uma espécie de "autoagressão" que juntamente com a excitação sexual que se liga à libido, define o masoquismo primário.

Cerrutti e Rosa (2008) chamam a atenção para a diferença entre o masoquismo e o sadismo, sendo o último uma manifestação ativa de uma exorbitância pulsional em que o componente agressivo da pulsão sexual desenvolveu-se exageradamente. O masoquismo é

definido como o oposto, já que representa uma forma passiva de descarga desse componente exacerbado.

Laplanche e Pontalis (2000) caracterizam o masoquismo como uma perversão sexual associada à submissão do sujeito à humilhação ou sofrimento. Nesse sentido, afirmam que Freud amplia o conceito de masoquismo, reconhecendo comportamentos sexuais e resquícios advindos da sexualidade infantil, ao mesmo tempo em que admite um valor moral ao masoquismo no qual o indivíduo, por um sentimento de culpa inconsciente, coloca-se em uma posição de vítima, pois entende que precisa ser punido pelo objeto amoroso ou qualquer outro, sem que o haja um prazer sexual relacionado a isso.

Krafft-Ebing (1965), psiquiatra alemão que se dedicou ao estudo das perversões sexuais, definiu o sadismo como a combinação de crueldade e violência ativa com desejo ou prazer sexual, designando uma perversão sexual. Essa perversão inclui comportamentos como agressões físicas, flagelações e humilhações físicas e morais, sendo fundamentada em um modo de satisfação que se associa ao sofrimento imposto ao outro, como aponta, “pode também consistir de um desejo inato de humilhar, machucar, ferir ou até mesmo destruir outros a fim de criar prazer sexual para si mesmo” (Krafft-ebing, 1965, p.53). Em relação ao masoquismo, o psiquiatra o define como aquele que encontra prazer em ser submetido à violência, humilhação, sofrimento e dor infligidos por outra pessoa.

No texto *O problema econômico do masoquismo*, Freud (1924/2010) aponta que o masoquismo desafia o princípio do prazer, ao indicar a possibilidade da obtenção de prazer vinculado à dor, de forma simultânea ao aumento da tensão gerada pelos estímulos:

Do ponto de vista econômico, é justo qualificarmos de enigmática a existência de tendências masoquistas na vida pulsional humana. Pois, se o princípio do prazer domina os processos psíquicos de forma tal que o primeiro objetivo destes é evitar o desprazer e conseguir prazer, o masoquismo torna-se algo incompreensível (Freud, p. 166, 1924-2010).

Por esse motivo, isso o diferencia do prazer regido pelo princípio do prazer, que exige a redução da excitação provocada pelos estímulos como condição fundamental. O princípio do prazer descreve como o psiquismo age em situações de aumento ou diminuição de energia. A constância estaria ligada a esta estabilidade mantida.

Freud (1924/2010) apresenta três formas distintas de masoquismo: como uma condição para a excitação sexual, como expressão da essência feminina e como uma norma de conduta na vida. Dessa forma, podem ser distinguidos o masoquismo erógeno, o feminino e o

moral. O masoquismo é entendido, segundo o autor, como uma manifestação da pulsão de morte que se volta para o próprio organismo, também conhecido como sadismo primordial.

É nesse ponto de interação entre a libido e a pulsão de morte que Freud identifica o surgimento do masoquismo erógeno originário. Podemos entender a libido como uma expressão da energia/afetividade ligada à vida, à sexualidade, enquanto a pulsão de morte só se torna "visível" ou pode ser identificada quando associada a uma representação sexual ou vital, ou seja, quando ligada ao que é libidinal. Freud (1924/2010) cita que:

Admitindo-se alguma imprecisão, pode-se dizer que a pulsão de morte atuante no organismo — o sadismo primordial — é idêntico ao masoquismo. Depois que sua parte principal foi transposta para fora, para os objetos, permanece no interior, como seu resíduo, o masoquismo propriamente erógeno, que, por um lado, tornou-se componente da libido, e, por outro lado, ainda tem seu próprio ser como objeto. Esse masoquismo, então, seria testemunha e sobrevivência daquela fase de formação em que sucedeu o amálgama, tão importante para a vida, de Eros e pulsão de morte. [...] O masoquismo erógeno partilha todas as fases de desenvolvimento da libido, delas tomando as variadas roupagens psíquicas que assume. O medo de ser devorado pelo animal totêmico (o pai) procede da organização oral primitiva; o desejo de ser surrado pelo pai, da fase sádico-anal que a ela sucede; a castração, embora depois negada (Freud, p. 173, 1924-2010)

O masoquismo originário é caracterizado pela ligação entre Eros e a pulsão de morte, sendo um resquício do encontro inicial entre essas duas forças. Ele se constitui a partir da porção que não é transportada para o exterior. Esse processo envolve um movimento libidinal que não visa à descarga, pois a tensão permanece no organismo, sustentada pela excitação sexual. Freud (1924/2010) refere-se, nesse sentido, à uma experiência que une dor e erotismo, configurando um tipo de masoquismo associado à erotização sexual. Por isso, o masoquismo erógeno não está relacionado aos eixos da culpabilidade e da submissão, como o masoquismo feminino e moral, mas se insere no campo das pulsões (Fortes, 2007).

O segundo tipo de masoquismo, nomeado por Freud (1924/2010) como feminino, é caracterizado como sendo o de mais fácil acesso para a observação. Nesse sentido, cita o masoquismo no homem através das fantasias que o colocam em posições frequentemente impotentes, que resultam em masturbação ou representam a satisfação sexual. Os comportamentos nessa situação específica incluem ser amordaçado, amarrado, golpeado, maltratado, humilhado ou forçado à obediência, em casos mais raros, mutilações podem ser incluídas. Conforme apresenta o autor, a interpretação mais simples observável sugere que o masoquista deseja ser tratado como uma criança desamparada e mal comportada. Por outro lado, aponta que:

[...] tendo-se podido estudar casos em que as fantasias masoquistas sofreram elaboração particularmente rica, é fácil perceber que elas põem o indivíduo numa situação caracteristicamente feminina, isto é, significam ser castrado, ser possuído ou dar à luz. Por causa disso chamei de feminina essa forma de masoquismo, como que a potiori [pelos traços mais importantes], embora muitos de seus elementos apontem para a vida infantil. Esta superposição em camadas do infantil e do feminino terá, mais adiante, uma explicação simples. A castração ou o engeuecimento — que a representa — deixa frequentemente nas fantasias a sua pista negativa, na condição de que não podem sofrer dano justamente os genitais ou os olhos. (As torturas masoquistas, aliás, raramente causam impressão tão séria como as crueldades — fantasiadas ou executadas — do sadismo.) Um sentimento de culpa também acha expressão no conteúdo manifesto das fantasias masoquistas, pois o indivíduo supõe haver infringido algo (não determinado) que deve ser expiado mediante procedimentos penosos e torturantes. Isto parece uma racionalização superficial dos conteúdos masoquistas, mas por trás existe o nexa com a masturbação infantil. Por outro lado, esse fator da culpa leva à terceira forma do masoquismo, aquela moral (Freud, p.170, 1924-2010)

Nesse sentido, a submissão a um outro forte e protetor é vista como uma fantasia possível a qualquer sujeito, funcionando como uma resposta à angústia provocada pela sensação de desamparo. No caso do masoquismo feminino, ele seria interpretado como uma defesa psíquica frente à experiência de desamparo, refletindo a dependência infantil em relação a um outro que é imaginado como poderoso e protetor (Fortes, 2007).

A terceira forma do masoquismo, a moral, se baseia na submissão à moral do outro, representando uma subordinação absoluta às normas sociais. Esta surge como um efeito do sentimento de culpa, o sofrimento torna-se um destino inevitável, externo ao sujeito, como um destino impessoal. Como aponta Fortes (2007), o masoquismo moral estaria relacionado à interação do sujeito com a sociedade e o masoquismo feminino se manifesta no relacionamento com o outro, no qual o sujeito se oferece como objeto para ser humilhado. No masoquismo feminino, o foco está na posição de humilhação frente ao objeto amoroso, exigindo uma encenação masoquista com o outro. Isso é diferente do masoquismo moral, em que a figura do outro se apresenta por meio das imposições culturais.

Em seu texto *Batem numa criança*, Freud (1919/2010) afirma que a fase da fantasia infantil de surra nas meninas corresponde a um período distante na infância e chama atenção para o fato da criança que fantasia, nunca ser a pessoa que bate. Posteriormente, o autor afirma que o agressor é um adulto, mais precisamente o pai, e a criança castigada é a própria que fantasia, denotando futuramente uma característica de prazer e forte excitação relacionada à situação.

Freud (1919/2020) diz que ao estar fixada à sua figura paterna, a menina tenta a todo custo obter seu amor, ao mesmo tempo que rivaliza contra a mãe. A relação mãe-filha torna-se marcada por forte ambivalência, pois concomitante com a rivalidade, surge uma

corrente de dependência, que segundo o autor é uma “atitude que pode com o passar do tempo, tornar-se consciente de maneira cada vez mais intensa e nítida, ou provocar uma exagerada ligação amorosa reativa com ela”.

Freud (1919/2010) também constata o desprezo da criança para com outras ao seu redor, como um irmão ou irmã com quem é obrigada a dividir o amor dos pais. Dessa forma, a criança que fantasia a surra entende que apanhar, mesmo que doa, pode significar uma não retração do amor dos pais. A fantasia de surra está intimamente ligada com sentimentos de prazer que se iniciam na infância em que a pessoa que bate é sempre o pai e, em relações amorosas posteriores, passa a ser um substituto que o represente.

De maneira clara, Freud (1919/2010) mostra que o amor sexual direcionado ao pai, expresso pela fantasia de “ser espancada”, é submetido a uma forte punição. Nesse contexto, a fantasia surge como um mecanismo de defesa do inconsciente, funcionando como um substituto da relação original, sendo a passividade mais evidente no campo feminino (Ferreira e Danziato, 2019).

De acordo com Almeida (2012) os impulsos masoquistas são originados a partir da existência de contextos sociais em que a mulher é coagida a reprimir seus impulsos agressivos. Diante disso, as fantasias masoquistas encontram-se internalizadas nos sujeitos e podem ter influência sobre a escolha do objeto amoroso, provocando uma tendência das mulheres irem em direção a homens violentos que cometem maus tratos e coloquem-nas em uma posição de inferioridade, submissão e é humilhação. Observa-se que a mulher permanece em uma relação violenta pois ao perder algo de si, ganha um gozo a mais se satisfazendo por meio da situação violenta (Harari, 1996 *apud* Xavier e Ferrante, 2019, p.66).

6. DISCUSSÃO

Vimos que ao longo desse trabalho, a partir de um viés psicanalítico de cunho predominantemente freudiano, que o fundamento da violência se apoia tanto em fatores pulsionais quanto instintivos, o que implica em que as relações pessoais acabem, inevitavelmente sendo atravessadas pelo ódio, pela dominação, pela territorialidade, pela agressão, mas não somente também pela ternura, gentileza e pelo amor. Para Freud o ser humano não é uma criatura puramente pacífica e amorosa, mas possui um forte impulso destrutivo enraizado em si que se mistura com Eros e o torna um ser ambivalente em sua natureza.

A civilização, nesse contexto, se estrutura sobre restrições às pulsões agressivas, impondo controles para canalizar essa tendência destrutiva. No texto *Agressão e suas vias*, Winnicott (1939) fundamenta a construção das relações humanas em dois elementos principais: amor e ódio. Ambos estão intimamente ligados à agressão. Para o autor, a agressividade quando não integrada como um elemento central a capacidade do indivíduo em relacionar-se com o outro, de proteger seu território, de se envolver em atividades lúdicas e profissionais, pode ser ocultada (através de timidez ou autocontrole), fragmentada ou mesmo, de maneira evidente resultar em comportamentos violentos. Para o autor, a agressividade é intrínseca ao ser humano e, portanto, é inata, integrante da vida. A natureza agressiva dos humanos possui diversas origens e variadas formas de expressão, mas só se tornará parte do indivíduo se lhe for proporcionada a chance de vivenciá-la conforme sua necessidade e emergência no processo de amadurecimento. Segundo o autor, “muito da violência do mundo refere-se à tentativa de alcançar a destruição que em si mesma não é destrutiva”. Sendo assim, o conceito central do estudo sobre agressão de Winnicott é que, se a sociedade corre risco, a causa não está na agressividade humana, mas na supressão de sua agressividade (Costa, 2016). Observamos que Winnicott corrobora a ideia de Freud ao considerar a agressividade como um aspecto intrínseco ao ser humano, destacando a importância de não reprimi-la sem que possa ser vivida, elaborada e compreendida.

A partir de outros conceitos, além da própria violência, abordados ao longo dessa monografia — como a castração e o papel da mulher na estrutura familiar ao longo da história sociocultural — evidencia-se que o patriarcado não só molda as normas sociais, mas também influencia a subjetivação psíquica das mulheres de maneira profunda e muitas vezes silenciosa. Em consonância com a sociedade em que Freud estava inserido, a teoria psicanalítica também se moldou a partir desse contexto. Conforme destacado por Vasconcelos et al. (2020) em *Escrever: mulheres, ficção e psicanálise*, Freud enfrentou inúmeros desafios ao desenvolver sua teoria, especialmente por viver em uma época em que certos temas eram silenciados. No entanto, isso não o impediu de romper com as normas ao criar a psicanálise. Um dos aspectos mais marcantes e transformadores dessa teoria foi a possibilidade de dar voz, espaço e escuta às históricas, permitindo que expressassem seus conflitos e sua sexualidade. Apesar disso, Freud deixou a feminilidade como uma questão em aberto, e sua obra contém passagens que sustentam noções controversas, como exemplo a inveja do pênis e as três possíveis saídas da sexualidade feminina. Entre elas, Freud priorizou a maternidade como a trajetória "normal", o que continua a ser objeto de intensos debates até os dias de hoje.

De acordo com Narvaz (2010), para Freud, ser verdadeiramente mulher implicaria o reconhecimento dessa condição castrada e o desejo da maternidade. Caso contrário, a mulher estaria destinada ao destino trágico da inibição sexual, da neurose e da perversão, uma vez que, ao ser marcada pela anomalia e pela patologia de seus humores eróticos, ela manteria uma pretensão secreta de possuir o pênis/falo e de se assemelhar a um homem.

Birman (1999) destaca que Freud manteve o estatuto das mulheres estabelecido no século XVIII, segundo o qual elas eram naturalmente mães, com a maternidade, a fragilidade e a dependência de uma figura masculina sendo características de sua essência. Além disso, Freud acrescentou que as mulheres deveriam ser mães por vocação libidinal, o que as posicionavam no espaço familiar, e não no espaço público.

Molina (2011) afirma que quando a psicanálise é chamada a discutir a construção do feminino, ela oscila entre considerações imprecisas e resquícios de uma virilidade dominante. Esse debate acaba por reforçar uma fundamentação fálica que reduz o feminino a um simples desdobramento do masculino, como se fosse apenas seu avesso. Embora Freud traga uma nova perspectiva, seu diagnóstico, segundo o autor, permanece tradicional: o desejo da mulher é contido e sua resolução se daria por meio do matrimônio.

De acordo com Molina (2011), embora Freud evite explicar a diferença sexual exclusivamente pela biologia, ele não abandona inteiramente a diferença anatômica ao formular sua teoria. Para ele, a presença ou ausência do pênis teria implicações decisivas na constituição do feminino, que seria concebido como uma mutilação do órgão masculino. Afirma ainda que, utilizando teorias complexas, Freud reforça uma visão tradicional que impõe um modelo masculino dominante. Nesse sentido, a mulher, historicamente associada ao excesso e ao perigo, deveria ser contida dentro dos limites da família para que não ultrapassasse seu espaço. O feminino é então, segundo Molina (2011), reduzido a uma dicotomia: ou é sexualidade reprimida dentro do casamento e da maternidade ou é um excesso a ser contido. No entanto, sobre a mulher não recai a responsabilidade de construir a civilização, mas sim de preservar a ordem já estabelecida, cumprindo um papel social previamente definido.

Nasio (2005), busca esclarecer que a psicanálise não define a mulher como inferior. Ao contrário, ele aponta que o conceito de castração e a ideia do falo, longe de serem uma "condenação" da mulher, são representações simbólicas de como os indivíduos, em suas fantasias inconscientes, lidam com suas próprias percepções de perda, desejo e poder. A mulher, para Nasio, tem seu próprio sexo e sua própria identidade sexual, que deve ser respeitada e compreendida. Nasio (2005) tece uma crítica àqueles que tomam uma visão

simplista da psicanálise e associam o conceito de castração à ideia de que a mulher é incompleta ou inferior. Ele reforça que essa visão é uma fantasia neurótica, algo que é internalizado por indivíduos com dificuldades em lidar com as próprias inseguranças, e não uma característica real da mulher.

No texto *O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross*, Checchia (2020) em referência à teoria de Otto Gross (1908), enfatiza que embora não tenha como objetivo direto o combate ao patriarcado, a psicanálise, pelas suas próprias regras de funcionamento, tende a promover uma experiência diferenciada em relação ao princípio de autoridade. O simples fato de o psicanalista não usar sua posição para controlar a vida do paciente leva o analisando, que normalmente coloca o psicanalista como figura de autoridade, a se deparar com esse lugar vazio. Segundo Checchia (2020), um de seus possíveis efeitos é a percepção que cada analisando faz, por si mesmo, de suas próprias inclinações à submissão e/ou à dominação, e das consequências que delas derivam. Assim, devido às suas características intrínsecas de funcionamento, a psicanálise pode desempenhar um papel crucial em uma revolução social contra o patriarcado. De acordo com ele, a transformação deve iniciar pela própria subjetividade, caso contrário, a revolução correrá o risco de se limitar a mais uma sugestão imposta às massas, reproduzindo justamente aquilo que pretende combater.

Percebe-se que a teoria psicanalítica acerca da relação entre a mulher e a sexualidade é marcada por diversas controvérsias e debates. Em *A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise: por uma leitura reparadora através das atas da Sociedade das Quartas-feiras*, Martins e Moreira (2020) enfatizam que a revisitação dos primórdios da psicanálise se mostra frutífera quando o complexo de Édipo é interpretado como uma crítica às formas de organização, regulação social e modelos de normatização. Nesse sentido, ele se configura como um conceito que nos permite analisar os efeitos de como a fantasia e as teorias influenciam o corpo, mostrando como o social se concretiza na psique, tornando impossível desvincular essa última de suas dimensões política, social e cultural.

Dentro dessa proposta, resgatamos a ideia de que, ao se identificar como vítima de forma única e sem questionamentos, a pessoa afetada pela violência perde sua capacidade de agir e refletir sobre seus próprios desejos e autonomia. Nesse contexto, a teoria psicanalítica desempenha um papel fundamental ao proporcionar uma reflexão mais profunda sobre a experiência das mulheres que sofrem violência, sem oferecer soluções definitivas ou únicas. A mulher, assim, pode buscar entender as origens da violência que sofreu ou, caso isso não seja possível, compreender suas consequências (Cerrutti e Rosa, 2008).

Em seu livro *Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa*, Nasio (2005) revisita o conceito de neurose na vida adulta, que pode ser compreendida a partir das experiências intensas vividas na infância, especialmente na fase edípica. A criança edípica sofre ao ser submetida por um prazer erógeno excessivo e seu eu ainda imaturo, não consegue assimilar e conter a exorbitância pulsional que dele resulta. O autor ainda destaca que, para a criança, sensações, desejo, fantasias e prazer são vividos como uma única experiência, indistinguíveis entre si e a separação desses elementos é uma construção feita posteriormente. Quando o prazer erógeno é excessivo, o eu infantil é incapaz de assimilar o impacto do prazer sexual intenso. Esse trauma se fixa em uma cena que mistura prazer e dor, representando o primeiro tempo de uma neurose. No segundo tempo, essa cena é revivida constantemente em fantasias, perpetuando o trauma na vida adulta. No terceiro tempo, o sujeito adulto, compulsivamente, recria a mesma experiência traumática, agora com parceiros do presente em vez de seus pais.

Nesse sentido, no livro *Por que repetimos os mesmos erros*, Nasio (2013) define o gozo como uma concreção de emoções intensas, violentas e contraditórias vividas pela criança após um trauma. Essas emoções são sentidas, mas não registradas ou compreendidas devido à imaturidade da consciência e ao pavor vivido na experiência. O gozo é, portanto, um misto de sensações não assimiladas pelo eu traumatizado, um fenômeno onde a criança sente emoções intensas, mas não as representa mentalmente. Em resumo, para Nasio (2013) o gozo se torna uma emoção que, ao ser rejeitada pelo simbólico, carrega uma tensão que se perpetua, gerando mais gozo de forma compulsiva, em um ciclo repetitivo.

Xavier e Ferrante (2019) entendem que a violência então pode ocupar um lugar de gozo na vida da mulher, ou seja, é possível que a mulher experimente satisfação, mesmo que proveniente de situações dolorosas ou de múltiplos episódios de violência. As autoras associam isso a características da posição masoquista, na qual o sujeito encontra prazer em passar por experiências de dor e sofrimento. Enfatizam que isso não implica que a mulher seja necessariamente masoquista, mas sugerem que seu modo de gozo pode se relacionar com aspectos presentes no masoquismo. Nesse contexto, o gozo se manifestaria no domínio onde as coisas não têm nome, no plano simbólico, tornando-se impossível expressá-las de forma completa.

Como já referenciado, Freud (1924/2010) sugere que o masoquismo pode estar ligado a fantasias infantis, nas quais a pessoa deseja ser tratada como uma criança que precisa de cuidados, sendo dependente e, sobretudo, sendo tratada como uma criança desobediente ou mal comportada. Em conformidade, Fortes (2007) evidencia outro ponto, a experiência de

desamparo psíquico, como um aspecto central na formação do masoquismo feminino. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado à dependência infantil de uma figura percebida como poderosa e protetora, funcionando como uma estratégia psíquica para lidar com a angústia da vulnerabilidade. Nesse contexto, Namba (2020) estabelece uma relação entre a experiência psíquica individual e a organização social da horda primitiva, destacando que, para as mulheres, a submissão ao pai da horda garantiria a certeza ilusória da permanência do amor. Enquanto isso, para os homens, a castração promoveria uma aliança baseada no temor e na vulnerabilidade compartilhada. A dissolução da horda, por sua vez, despertava nas mulheres um anseio por aquele período de estabilidade e proteção. Assim, a posição passiva da mulher na cultura pode ser compreendida como uma herança desse papel desempenhado na horda primitiva, perpetuando uma lógica de submissão e dependência. Ferreira e Danziato (2019) reforçam essa conexão ao destacar que a passividade é uma característica mais evidente no campo feminino, o que sustenta a relação entre submissão e a organização psíquica da mulher dentro da cultura patriarcal.

Freud (1919/2010) demonstra que o amor sexual direcionado ao pai, manifestado na fantasia masoquista de "ser espancada", sofre uma intensa repressão, tornando-se um mecanismo de defesa inconsciente. A relação entre a castração e o masoquismo pode ser compreendida ao se considerar a ideia de que a fantasia funciona como um substituto para a relação sexual proibida. Esse substituto, ao se basear em um interdito, carrega consigo uma carga ambígua de prazer e sofrimento. O masoquismo, nesse sentido, pode ser compreendido como uma tentativa de restaurar esse vínculo primordial por meio da submissão ao outro, na esperança inconsciente de reviver a experiência de completude original. Dessa forma, fantasias masoquistas internalizadas podem influenciar a escolha objetal, levando algumas mulheres a se relacionarem com homens considerados violentos, revivendo dinâmicas de submissão e sofrimento.

Segundo Ribeiro (2017), o masoquismo se manifesta justamente na união de experiências opostas. A mulher, ao internalizar a violência ou a castração de maneira única, pode vivenciar essa fantasia como um espaço onde prazer e sofrimento se entrelaçam, resultando em uma experiência que remete ao masoquismo, ou seja, ao prazer derivado do sofrimento. A autora enfatiza que o feminino não possui uma característica masoquista intrínseca, entende que ao associar o masoquismo a um atributo feminino, Freud identificou nas fantasias masoquistas masculinas "traços negativos" que apontavam para a subtração de partes ou funções do corpo, algo que poderia se assemelhar à castração, muitas vezes considerada uma característica feminina. A castração é assimilada, ainda que de forma

imaginária, como um atributo feminino. Destaca-se de forma óbvia que Freud afirma não ser necessário que o ato de amputação se realize concretamente, pois trata-se de uma fantasia.

Fonseca (2022) evidencia que na dimensão lacaniana, o desejo pode ser entendido por uma falta constitutiva, irreduzível a qualquer objeto real. Essa falta, originada na relação primária com o objeto, gera um vazio que persiste ao longo da vida, impulsionando o sujeito à busca incessante por objetos substitutos. Conforme Kuss (2015), esses objetos são escolhidos libidinalmente na tentativa de preencher o lugar do objeto perdido, embora essa busca seja sempre parcial e insatisfatória. Xavier e Ferrante (2018) corroboram essa perspectiva, ao relacionarem o objeto perdido ao sofrimento e à busca por aquilo que gozara inicialmente.

A representação da violência vivida pelas mulheres é marcada por uma complexidade singular. A vivência da violência se apresenta como uma experiência paradoxal, conjugando elementos de prazer e sofrimento, fantasia e realidade. Essas ambivalências estão intrinsecamente ligadas à castração simbólica e à busca insaciável por uma satisfação que, é sempre parcial. Em alguns casos, o sofrimento associado à violência é internalizado, tornando-se um motor para a repetição de padrões relacionais destrutivos. A manutenção de vínculos violentos, nesse contexto, transcende as justificativas conscientes, portanto, uma dinâmica psíquica complexa que envolve fatores psíquicos inconscientes, bem como sociais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu explorar como a permanência da mulher em relações violentas está profundamente enraizada em uma cultura patriarcal que permeia tanto a sociedade quanto a psicanálise. O objetivo foi, portanto, colocar a mulher em uma posição ativa dentro da dinâmica do relacionamento íntimo, não se limitando à sua condição de vítima, mas buscando compreender os motivos que, muitas vezes, escapam ao discurso consciente e que explicam sua permanência na relação. Nos caminhos dessa descoberta, observamos que a psicanálise, desde suas primeiras formulações com Freud até os desenvolvimentos de Lacan, revela que a mulher é marcada pela falta do falo, o que a posiciona em uma condição de inferioridade. A ausência do falo, símbolo da completude e do poder, leva a mulher a experimentar o que Freud definiu como castração, uma fantasia psíquica que a coloca em uma posição de busca por algo que lhe falta.

No contexto em que Freud desenvolveu sua teoria, a sociedade patriarcal, com suas normas e valores, influenciou diretamente a construção de sua compreensão sobre a feminilidade. Por mais que o autor tenha rompido com diversas normas de sua época, ainda deixou passagens controversas em suas obras, como a contribuição, segundo alguns autores, para a construção de um discurso que muitas vezes reduziu a experiência da mulher a um destino imposto, priorizando a maternidade como via “normal” de resolução da sexualidade feminina.

Conforme discutido por Checchia (2020), a psicanálise possibilita um deslocamento das posições de autoridade, promovendo uma transformação subjetiva que pode repercutir no campo social. Nesse sentido, é fundamental promover uma reflexão sobre o papel da mulher na relação íntima, sem deslegitimar seu sofrimento ou minimizar os impactos negativos da violência em sua vida. É evidente que ainda persiste a circulação de discursos machistas, como o argumento recorrente de que "mulher gosta de apanhar", sugerindo uma suposta escolha por parte desta. Sob essa perspectiva, ao incentivar a mulher a analisar sua posição na dinâmica relacional, torna-se possível compreender os motivos que a levam a permanecer nesse vínculo. A condição de vítima, muitas vezes entendida como inevitável ou até mesmo necessária, deve ser revisitada criticamente para que não se perpetue como um destino.

Constata-se que o objetivo do estudo não foi atribuir à mulher uma condição masoquista intrínseca. Ao invés disso, procurou-se identificar como o desejo feminino, no plano simbólico, se inscreve na dialética entre prazer e dor, conforme também delineado pelo

conceito de gozo lacaniano. Nessa perspectiva, essa ambivalência entre prazer e sofrimento pode ser compreendida como uma manifestação que se aproxima da estrutura do masoquismo definida por Freud, sem, contudo, reduzir a mulher a uma identidade intrinsecamente masoquista. O foco da análise está na forma como essa tensão entre prazer e dor se articula no psiquismo, refletindo a complexidade da subjetividade feminina, especialmente em contextos de violência. Além disso, a relação entre a violência de gênero e o gozo, conforme analisada por Nasio (2013) e Xavier e Ferrante (2019), evidencia como as marcas do trauma podem se inscrever no psiquismo de maneira repetitiva.

Dessa forma, esta monografia busca contribuir para uma leitura crítica da teoria psicanalítica e de seus impactos na construção da subjetividade feminina. Enfatiza-se que apesar dos esforços para uma análise detalhada da relação entre a psicanálise, a mulher e a violência, é possível que algumas dimensões importantes tenham sido deixadas de fora devido à complexidade do tema e variedade de caminhos que poderiam ser explorados. Destaca-se, nesse sentido, a inclusão de um maior número de autores contemporâneos, com o intuito de enriquecer a discussão entre a teoria freudiana e o patriarcado, além de uma maior exploração do conceito de pulsão de morte e do conceito de gozo lacaniano.

Por fim, como já mencionado, a psicanálise pode se revelar como uma ferramenta relevante para compreender os processos inconscientes que levam mulheres a permanecerem em relacionamentos marcados pela violência, além de abrir caminhos para a compreensão desse ciclo de repetição e sofrimento vivenciado por vítimas que continuam nessas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, A. T. **Feminism, Social Science, and the Meanings of Modernity**: The Debate on the Origin of the Family in Europe and the United States. *The American Historical Review*, Oct., 1999, Vol. 104, No. 4 (Oct., 1999), pp. 1085-1113. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2649562>> Acesso em: 28 out. 2023.

ALMEIDA, A. M. **Feminilidade**: caminho de subjetivação. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 38, p.29-44, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALONSO, S. **O tempo, a escuta, o feminino**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

AZEVEDO, M. K; NETO, G. A. R. M. **O desenvolvimento do conceito de pulsão de morte na obra de Freud**. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 15(1): 67-75, abril., 2015

BACHOFEN, J.J. *Direito Materno*, p. 79

BIRMAN, J. **Cartografias do Feminino**. São Paulo: Editora 34, 1999.

BUENO, S; LAGRECA, A; SOBRAL, I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022**. Disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>> Acesso em: 20 jun. 2023

CADY, E. S. **The Matriarchate or Mother-Age**. in *Transactions of the National Council of Women of the United States*, Rachel Foster Avery, ed. (Philadelphia, 1891), 223.

CERRUTI, M. Q; ROSA, M. D. **Em busca de novas abordagens para a violência de gênero**: a desconstrução da vítima. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 8, n. 4, p. 1047-1076, dez. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000400009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CHECCHIA, M.A. **O patriarcado entre Sigmund Freud e Otto Gross**. In: PARENTE, Alessandra Martins; SILVEIRA, Léa (Org.). *Freud e o patriarcado*. São Paulo: Hedra, 2020

COSTA. P. F. O conceito de ambivalência sob a perspectiva da psicanálise winnicottiana. *Revista Natureza Humana*, São Paulo, v. 18, n. 2, pp. 123-159, jul./dez. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. In: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: histórias da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. p. [46].

FERREIRA, E. S.; DANZIATO, L. J. B. **A violência psicológica na mulher sob a luz da psicanálise**: um estudo de caso. *Cad. psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 149-168,

jun. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952019000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 jan. 2025.

FONSECA, J. O lugar do desejo na matriz de identidade. *Brasileira De Psicodrama*, 30, e0122, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.511>>

FORTES, I. **Erotismo versus masoquismo na teoria freudiana**. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.35-44, dez. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jan. 2025.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. (1905) In: _____. *Obras completas: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)*. Tradução de Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, v. 6.

_____. **Totem e tabu**.(1913) In: _____. *Obras completas: Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* Tradução de Paulo César de Souza. Capa dura. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. v.11.

_____. **A pulsão e seus destinos**. (1915). In: _____. *Obras completas: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12.

_____. **Considerações atuais sobre a guerra e a morte**. (1915). In: _____. *Obras completas: introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12.

_____. **Recordar, repetir e elaborar** (1914). In: _____. *Obras completas, volume 10*. (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Batem numa criança**: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais (1919). In: _____. *Obras completas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14.

_____. **Além do princípio do prazer** (1920). In: _____. *Obras completas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14.

_____. **O problema econômico do masoquismo** (1924). In: _____. *Obras completas: o eu e o id, autobiografia e outros textos (1923-1925)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 16.

_____. **O mal-estar na civilização**, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). In: _____. *Obras completas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

_____. **Sobre a sexualidade feminina** (1931). In: _____. *Obras completas*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

_____. **Por que a guerra?** Carta a Einstein (1932). In: _____. Obras completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

_____. **Feminilidade** (1933). In: _____. Obras completas. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas femininas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSS, Otto. (1908) “Violência parental”. Em: CHECCHIA, M.; SOUZA JR., P. S. & LIMA, R. A. Otto Gross: Por uma psicanálise revolucionária. São Paulo: Annablume, 2017, p. 77-82.

HARARI, A. **Viril ou masoquista?** In J. Forbes (Org.), Psicanálise: problemas ao feminino. (Coleção Biblioteca Freudiana, p. 55-59). São Paulo. Papyrus, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO; OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher DataSenado 2023. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/materias/relatorios-de-pesquisa/pesquisa-nacional-de-violencia-contra-a-mulher-datasetado-2023>. Acesso em: 28 jan. 2025.

KRAFFT-EBING, R. **Psychopathia Sexualis**: With Especial Reference to Contrary Sexual Instinct. Philadelphia: F. A. Davis Company, 1965.

Kuss, S. S. A. **Amor, desejo e psicanálise**. Curitiba: Juruá, 2015.

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Editora Martins, 2001.

LEITE, C. L. P. **Mulheres**: Muito além do teto de vidro. São Paulo: Atlas, 1994.

LERNER, G. A criação do Patriarcado: histórias da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINS, A.S.; MOREIRA, L.S. **A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise**: por uma leitura reparadora através das atas da Sociedade das Quartas-feiras. In: PARENTE, Alessandra Martins; SILVEIRA, Léa (Org.). Freud e o patriarcado. São Paulo: Hedra, 2020. p. 85-114.

MEIRELES, F. M. Bate-se em uma mulher: devastação do feminino e violência doméstica. Brasília. 2021.

MIRANDA, C.E.S; RAMOS, J.S. **“Uma mulher é espancada”**: a violência doméstica contra a mulher à luz da psicanálise. Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 4, n.1, 2014. Disponível em <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/articloe/view/1297/973>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MOLINA, J. A. **O que Freud dizia sobre as mulheres**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MURARO, R. M. (Introdução). **O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum**. Tradução de João Rodrigues de Lima. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos. 2020.

MUSZKAT, M; MUSZKAT, S. **O que fazer? Violência familiar**. 1 ed. São Paulo. Blucher, 2016.

NAMBA, J. **Desamparo e horda primitiva**. In: PARENTE, Alessandra Martins; SILVEIRA, Léa (Org.). *Freud e o patriarcado*. São Paulo: Hedra, 2020.

NARVAZ, M. G. **Masoquismo feminino e violência doméstica**: reflexões para a clínica e para o ensino de Psicologia. *Psicol. Ensino & Form.*, Brasília , v. 1, n. 2, p. 47-59, 2010 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-2061201000020005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jan. 2025.

NASIO, J. D. **Édipo**: A questão do desejo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Por que repetimos os mesmos erros?** Jorge Zahar Editor, 2013.

OLIVEIRA, D. C; SOUZA, L. **Gênero e violência conjugal**: concepções de psicólogos. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 6, n. 2, p. 34-50, dez. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000200004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 jul. 2023.

OSÓRIO, L.C. **Casais e família**: uma visão contemporânea. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 112 p.

PINCUS, L; DARE, C. **Psicodinâmica da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

PLON, M; ROUDINESCO, E. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

POLI, M. C. **Feminino/Masculino**: A diferença sexual em psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RIBEIRO, C. N. **A metapsicologia do masoquismo**: o enigma do masoquismo feminino e sua relação com a fantasia masculina. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 20(2), 477–490, 2017. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002009>>

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUDGE, A. M. **Trauma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, R. A; COELHO, M.T.A.D. **A violência contra a mulher**: antecedentes históricos. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS*, v. 11, n.1, 2007.

Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/313>>, acesso em 25 jul. 2024.

SOUZA, P; DA ROS, M. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento.** Revista de Ciências Humanas, EDUFSC, ed. 40, p. 509-527, 2006.

STECANELA, N; FERREIRA, P. **Mulheres e narrativas identitárias:** mapas de trânsito da violência conjugal. 1. ed.: Editora Educ, 2011.

TELES, M; MELO, M. **O que é a violência contra a mulher.** Brasiliense, 2017.

VASCONCELOS, J. F.; CRISSIUMA, M. B.; ANGELINI, M. F.; CONDE, R. L. **Escrever: mulheres, ficção e psicanálise.** In: PARENTE, Alessandra Martins; SILVEIRA, Léa (Org.). Freud e o patriarcado. São Paulo: Hedra, 2020. p. 193-206.

VICENTINO, C. **História Geral** – ed. Atual e ampl. São Paulo: Scipione, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women prevalence estimates, 2018:** global, regional and national prevalence estimates for intimate partner violence against women and global and regional prevalence estimates for non-partner sexual violence against women. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/341337>. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Acesso em: 28 jan. 2025.

XAVIER, A. N; FERRANTE, F. G. **A mulher da violência:** por que elas permanecem nessa relação? Pluralidades em Saúde Mental, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 55-72, jul./dez. 2019. Disponível em <<https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/261>>. Acesso em: 20 jun. 2023

WINNICOTT, D. W.(1986) **Home is Where We Start From.** Londres, Penguin Books. Trad. br. Tudo começa em casa. São Paulo, Martins Fontes, 1989.